

# Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Depoente é alvo do INSS ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Um dia sem Estado (2) ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Tensão pré-orçamentária (2) ..... 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado não pode continuar em estatal ..... 8

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Idoso a partir de 80 pode fazer prova de vida do INSS em casa ..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lira aguarda segunda parte da reforma tributária para anunciar o relator da proposta  
..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

CPI da Covid divulgará 10 nomes de testemunhas que passarão a ser investigadas ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Justiça e justiceiros - VISTO, LIDO E OUVIDO ..... 14

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Uso político provocou a revisão da lei de improbidade administrativa (3) ..... 16

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL  
SERVIDOR PÚBLICO

MPF vai à Justiça contra o Incra e o estado de Rondônia ..... 17

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Se Brasília não parar de roubar, São Paulo tem que cair fora (2) ..... 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa divide deputados da bancada mineira ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro fala em reajuste a servidor ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Liberalismo nacional é uma negociata (2) ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

<b>Bolsonaro, Lira e as reformas (3)</b> .....	25
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Desafios - DIÁRIO POLÍTICO</b> .....	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>"Brasileiro enche muito o prato"</b> .....	28
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Govto vai avaliar mudança em data de validade de alimentos</b> .....	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Meu mandato foi interrompido por causa dessa pandemia</b> .....	30
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Senado aprova texto que libera a privatização da Eletrobras</b> .....	36
O GLOBO - RJ - RIO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Setor elétrico vê custo bilionário para consumidor</b> .....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>'Jabutis' ampliam insegurança jurídica, avalia setor elétrico</b> .....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Programa prevê incentivo à criação de empregos</b> .....	40
ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Com eficácia de 47%, vacina da CureVac contra covid-19 falha em teste</b> .....	41
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>O custo da imprevidência (3)</b> .....	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>Debelar a inflação (3)</b> .....	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>Bolsonaro e os paupérrimos - BRUNO BOGHOSSIAN</b> .....	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
<b>PT vê Bolsonaro com rejeição menor em 2022</b> .....	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Dólar cai 0,71% para R\$5,02, menor nível em um ano</b> .....	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Supremo deve manter autonomia do BC</b> .....	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	

O déficit público, outra vez (2).....	51
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS ECONOMIA	
Analistas indicam renda variável.....	52
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Selic faz poupança render mais.....	53

# Depoente é alvo do INSS

A CPI ouvirá, hoje, os médicos Ricardo Ariel Zimerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves. Indicado pelo governo para falar a favor do chamado tratamento precoce, Cardoso é investigado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e pelo Ministério da Economia por suspeitas de irregularidades no recebimento de auxílio-doença entre 2019 e 2021.

Cardoso passou todo o ano de 2020 supostamente afastado do trabalho por sequelas de um problema de saúde neurológico. Apesar de ter assegurado o salário como perito, no final de 2019, deu entrada no auxílio no **INSS** na condição de médico autônomo. O primeiro benefício foi concedido em abril de 2019, com duração de quatro meses. O auxílio foi prorrogado por um ano, até setembro de 2020, mas o médico recebeu o pagamento até fevereiro de 2021, quando solicitou nova renovação, mas teve o pedido negado.

Durante o período que se dizia incapaz de exercer a profissão, porém, Cardoso teria atendido pacientes, segundo ele próprio relatou, o que configuraria fraude no recebimento do benefício. Em audiência on-line da Câmara, neste ano, ele disse ter atendido cerca de mil pacientes com covid-19.

## Gabinete paralelo

Enquanto estava de licença, Cardoso ainda participou de dezenas de lives, uma delas com a participação do presidente Jair Bolsonaro, e outros suspeitos de integrar o gabinete paralelo - grupo de médicos críticos a vacinas e favoráveis ao tratamento precoce que estariam assessorando, de maneira informal, o chefe do Planalto sobre as ações na pandemia.

O Ministério da Economia afirmou que foi aberto processo para apurar possíveis irregularidades e, se comprovadas, as penalidades legais previstas são de advertência, suspensão ou demissão. Procurado, Cardoso não se manifestou até o fechamento desta edição.

## Um dia sem Estado (2)

» **ANDRÉ HORTA** -

A ideia contemporânea de sociedade organizada e mais digna não seria possível sem a emergência da instituição do Estado. Esse ente está tão intrinsecamente vinculado ao nosso cotidiano que sequer nos damos conta, mesmo quando usufruímos dos mais variados serviços entregues por tal organismo. O Estado Moderno evoluiu para uma posição de ente que organiza a vida e a sociedade, coletando recursos financeiros por meio de **tributos** para retornar em forma de serviços.

Imaginar a vida sem o Estado é tão difícil que sequer nos damos conta como isso seria. Imagine que você mora em uma casa. O que impede alguém invadir sua casa, expulsar sua família e tomar posse do que é seu? É o Estado, por meio das forças de segurança e do aparato do Judiciário.

Você trafega por ruas, avenidas, pontes e túneis sem lembrar ou dar-se conta que o uso de vias públicas para se deslocar aos mais variados destinos foi mais uma das intervenções do Estado. Você e seus filhos estudaram em escolas e universidades públicas? É o Estado que está por trás desses equipamentos, construindo os prédios, arcando com os custos de manutenção e a remuneração de professores.

Agora estamos atravessando uma pandemia e a população está recorrendo a hospitais e postos de saúde. É o Estado que sustenta toda essa infraestrutura, pagando por medicamentos para intubação, por cilindros de oxigênio e pelo combustível das ambulâncias do Samu, que socorrem, diuturnamente, cidadãos que sem esse amparo, morreriam sem qualquer tipo de assistência.

O país está em uma corrida para vacinar o mais rapidamente possível todos os brasileiros. Somente após essa providência é que a economia poderá ser retomada a pleno, trazendo de volta todos os empregos e o que é mais importante: zerando a mortalidade que a pandemia causa.

O mais provável é que você esteja lendo esse texto em algum aparelho que tenha acesso à internet. Ela só foi possível pelo simples fato de que investimentos públicos norte-americanos, financiados pelos **impostos**, possibilitaram a execução de pesquisas públicas na área de comunicação militar. Não fossem os **impostos**, ou o Estado, este texto não estaria aqui, nesse meio de comunicação. Mesmo naquelas ações

mais simples, como a de deixar o lixo no local para a coleta, o Estado está presente, pagando as empresas que o recolhem e arcando com os custos de transporte e destinação em aterros sanitários, evitando que doenças se alastrem sem controle.

Pare um pouco e olhe em volta. Imagine sua cidade sem os servidores que organizam o trânsito; sem os policiais para manter um nível mínimo de segurança sequer; sem postos de saúde; sem os programas de transferência de renda que garantem o mínimo de subsistência aos mais pobres; sem leis e sem sistema judiciário, sem hospitais públicos, sem coleta de lixo, sem energia em sua casa; sem iluminação pública; sem controle do tráfego aéreo; sem as Forças Armadas a nos proteger de invasões de outros povos; sem as polícias Militar, Civil e Federal.

Imagine que tantos criminosos já foram presos, julgados, condenados e estão encarcerados. É o Estado que atua para dar à população uma resposta contra os que infringem as normas que a própria sociedade criou, por meio de sua representação parlamentar. Esses e todos os demais serviços são prestados silenciosamente e diariamente pelo Estado, por meio dos **servidores públicos**, para todos os cidadãos. Então, como você acha que seria uma sociedade sem Estado? Seria a barbárie. A civilização, como a conhecemos, é uma derivação da instituição do Estado.

Fica patente, portanto, o desserviço prestado pela campanha "Dia livre" de **impostos**. Sem os **impostos**, não há Estado e sem Estado o processo civilizatório se desbota. O valor da liberdade nesse bordão é vítima de franca adulteração. É tão grotesco quanto propor um dia "livre" de civilização. Algo que talvez a sociedade esteja, de fato, sentindo certos sabores com o alargamento de lacunas em institutos democráticos que pareciam consolidados.

Há alternativa histórica aos que se insurgem contra a cobrança de **tributos** pelo Estado democrático de direito? Esses interlocutores não aparentam ser entusiastas do retorno à vida tribal ou de estruturas anárquicas. Seria a proposta de uma civilização almoço grátis?

Um dia sem **impostos** seria um dia sem Estado; seria um dia sem o esforço cooperativo coletivo e, em último grau, sem solidariedade. Seria um dia sem pensarmos na esmagadora maioria da população brasileira que depende diariamente dos serviços públicos de

educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, **previdência social** etc. Não é um dia "livre" de **impostos** que precisamos. O que precisamos é tributar setores com diversos benefícios fiscais injustificáveis e dividir melhor a conta.

Auditor fiscal estadual em exercício na Secretaria da Fazenda do estado do Piauí e diretor institucional do Comsefaz» JURACY SOARES - Auditor fiscal da Receita Estadual do Ceará e diretor da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite)» Paulo Guaragna - Auditor-fiscal aposentado da Receita Estadual do Rio Grande do Sul

## Tensão pré-orçamentária (2)

**Nelson Barbosa** Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Governo indica que haverá expansão fiscal em 2022, mas de modo desordenado

O governo entrou em tensão pré-orçamentária. Diante da incompatibilidade entre as demandas expansionistas do presidente e as regras contracionistas pedidas pelo mercado, algo irá ceder na proposta orçamentária para 2022, a ser enviada ao Congresso, no final de agosto.

Para dar exemplos concretos do desafio fiscal, nas últimas semanas Bolsonaro sinalizou: aumento permanente do valor do Bolsa Família, desoneração de Imposto de Renda para a classe média e reajuste salarial para servidores civis. A conta ainda irá subir com a tradicional demanda legislativa por emendas parlamentares, que tende a ser maior em ano eleitoral.

Teoricamente o repique inflacionário de 2021 abrirá espaço fiscal para acomodar algumas pressões de gasto em 2022. Como o teto de despesa primária é corrigido pela **inflação** acumulada em doze meses até junho, mas várias despesas primárias são corrigidas pela **inflação** acumulada em doze meses até dezembro, uma desaceleração dos preços no segundo semestre de 2021 permitirá mais gasto discricionário em 2022.

Traduzindo do economês, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), se a **inflação** anual cair de 8,3% em junho para 5,7% em dezembro, o governo federal poderá ampliar o gasto discricionário de 2022 em R\$ 47 bilhões, na comparação com 2021.

Se a **inflação** não desacelerar como projetado pela IFI, o mais provável é que o governo continue a "furar o teto" e "quebrar o piso", isto é, a adotar medidas não recorrentes de aumento de gastos com alto impacto eleitoral enquanto comprime políticas sociais e investimentos que geram benefícios de longo prazo.

O investimento em infraestrutura provavelmente continuará comprimido em 2022, insuficiente para repor a depreciação do estoque de capital público. O orçamento de ciência e tecnologia também tende a permanecer limitado, prejudicando inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Mesmo com grande diminuição do número de

servidores na ativa, os concursos devem continuar restritos, o que compromete o funcionamento do governo e gera filas no atendimento à população, por exemplo, no **INSS** e Bolsa Família.

No gasto social, a despesa com educação tende a cair mais, quando calculamos o gasto real por aluno. O estrago ainda não ganhou destaque devido ao sistema de aulas remotas. Mas quando voltarmos ao sistema presencial, ficará clara a necessidade de reforço do orçamento do ensino fundamental e médio para combater os efeitos da pandemia no aprendizado de jovens e crianças.

No mesmo sentido, excluindo o gasto extraordinário e necessário de combate à Covid, o orçamento regular do SUS também tende a continuar pressionado para atender à demanda reprimida por atendimentos não relacionados à pandemia, se e quando a maioria da população estiver vacinada.

É possível fazer diferente? Sim, desde que o governo adote um plano de reconstrução econômica e social nos moldes do que está sendo feito nos EUA e na União Europeia, em uma escala adequada às nossas condições fiscais.

Se temos espaço para cortar Imposto de Renda da classe média e aumentar salário de servidores, certamente também temos algum espaço para recuperar o investimento público, com foco na geração de emprego, bem como para colocar mais recursos em saúde, educação e inovação, mesmo que tudo isso seja temporariamente financiado por emissão de dívida.

Por enquanto as declarações do governo indicam que haverá expansão fiscal em 2022, mas de modo desordenado e com viés de curto prazo, aumentando, em vez de reduzir, a incerteza econômica.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49562>

# Aposentado não pode continuar em estatal

Supremo proibiu que servidor de empresas públicas que se aposentaram depois da reforma de 2019 sigam no emprego

BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, que funcionários de empresas públicas que se aposentaram voluntariamente depois da reforma da Previdência de 2019 não podem permanecer no emprego. Pela decisão do plenário, a reintegração só é válida para os servidores que se aposentaram segundo regras do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

No caso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a União questionavam decisão que determinou a reintegração de um grupo de aposentados da empresa, desligados em virtude de aposentadoria voluntária.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), ao julgar apelação em mandado de segurança, manteve sentença que determinou a reintegração de associados da Federação das Associações de Aposentados dos Correios (Faa-co). Aposentados espontaneamente pelo RGPS foram dispensados pela estatal, sem o pagamento das parcelas rescisórias.

No recurso apresentado ao STF, a União e os Correios sustentaram que a reintegração após a aposentadoria representaria violação à regra constitucional do concurso público. O tema foi julgado com repercussão geral, e a tese aprovada será aplicada por todas as instâncias da Justiça em 1.739 casos semelhantes que estão aguardando julgamento.

Na decisão, os ministros do STF

ainda concluíram que a natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-adminis-trativa, e não trabalhista. Por isso, as ações sobre o tema devem ser julgadas pela Justiça comum, e não pela Justiça do Trabalho.

A tese vencedora foi proposta pelo ministro Dias Toffoli e determina o seguinte: "A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-adminis-trativa e não trabalhista, o que

atrai a competência da Justiça comum para julgar a questão".

A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do artigo 37, parágrafo 14, da Constituição Federal, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de **Previdência Social** até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, nos termos do que dispõe seu artigo 6º".



# Idoso a partir de 80 pode fazer prova de vida do INSS em casa

Registrar um procurador também é opção para evitar o procedimento na agência bancária

A prova de vida do **INSS** voltou a ser exigida a partir deste mês, mas nem todos precisam ir ao banco.

As pessoas que se encontram acamadas, hospitalizadas, com dificuldade de locomoção ou que sejam maiores de 80 anos podem solicitar a prova de vida em casa, por meio da visita de um funcionário do instituto.

Para quem tem dificuldade de locomoção, também é possível cadastrar no **INSS** uma procuração registrada em cartório nomeando outra pessoa para a receber o benefício e fazer a fé de vida. no banco do benefício.

Os serviços precisam ser agendados pelo 135 ou realizados inteiramente pela plataforma eletrônica Meu **INSS**, disponível por aplicativo para celular ou no site [gov.br/meuinss](http://gov.br/meuinss).

Ao optar pela solicitação via central telefônica, é recomendável realizar a chamada de um telefone fixo ou público para não pagar pela ligação. Na chamada via celular, há cobrança de uma ligação local.

Oficialmente, o **INSS** informa que o serviço de cadastramento ou renovação de procuração é realizado inteiramente pela internet.

Ao consultar a Central 135 nesta quinta-feira (17), porém, a reportagem foi informada que é possível requisitar o serviço pelo telefone e optar pelo cumprimento da exigência (entrega da cópia da procuração) pelo Meu **INSS** ou em uma agência. Para quem tem dificuldade com a internet, vale tentar.

Seja qual for o serviço desejado pelo cidadão, o **INSS** não está abrindo as portas das suas agências para receber pessoas que não agendaram o atendimento.

Para todos os beneficiários, vale lembrar que não é preciso ter pressa para fazer a prova de vida. A exigência da renovação de senha está sendo retomada aos poucos, em um calendário que distribui os beneficiários de junho a dezembro.

Neste mês, devem fazer a fé de vida quem tinha de ter realizado o procedimento em março ou abril de 2020.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Lira aguarda segunda parte da reforma tributária para anunciar o relator da proposta

Brasília - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que aguarda o envio pelo governo da segunda parte da **reforma tributária** para poder anunciar o relator da proposta. O texto deve tratar de mudanças infraconstitucionais na cobrança do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas e na tributação de dividendos.

Lira quer que a matéria tramite conjuntamente ao Projeto de Lei 3887/20, que institui o CBS, com alíquota de 12%, em substituição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). "A Secretaria do Governo, o Ministério da Economia e a Casa Civil estão ajustando o texto, fazendo contas", disse Lira após a reunião de líderes ontem. O presidente da Câmara esperava anunciar até o fim desta semana o relator da **reforma tributária**.

Pauta - Lira informou que na próxima semana, se o Senado alterar a medida provisória que autoriza a desestatização da Eletrobras, a Câmara vai se reunir em sessão extraordinária na segunda-feira (21) para analisar e votar as eventuais mudanças no texto.

O presidente afirmou ainda que podem entrar na pauta a Medida Provisória 1040/21, que tem o objetivo de modernizar e desburocratizar o ambiente de negócios no Brasil. A proposta promove diversas mudanças na legislação para simplificar a abertura de empresas, facilitar o comércio exterior e ampliar as competências das assembleias gerais de acionistas.

Lira quer discutir ainda o Projeto de Lei Complementar 16/21, que unifica em todo o País as alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidentes sobre combustíveis. A lista inclui gasolina, diesel, biodiesel, etanol e gás natural e de cozinha, além de vários outros derivados de petróleo.

Também deve entrar em debate para tentar construir um acordo a proposta que descriminaliza o homeschooling e modifica o Código Penal para deixar claro que a pena prevista para o crime de abandono intelectual não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar. "Vamos fazer uma reunião para ajustar os dois lados", afirmou Lira. (Agência Câmara)

# CPI da Covid divulgará 10 nomes de testemunhas que passarão a ser investigadas

A CPI da Covid deve mudar a linha de investigação nos próximos dias. Isso porque o relator da comissão, Renan Calheiros (MDB-AL), apresentou ao G7 - grupo formado por senadores de oposição e independentes - os nomes de nove testemunhas que ele deseja transformar em investigados. A lista tem 10 relacionados, mas falta consenso sobre a mudança de status do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Parlamentares acreditam ser necessário aprofundar mais as apurações antes de torná-lo um investigado.

Na lista estão o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello; o ex-chanceler Ernesto Araújo; o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten; a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro; a médica Nise Yamaguchi e o virologista Paulo Zanotto, estes últimos apontados como integrantes do gabinete paralelo.

Também está na relação a coordenadora do Programa Nacional de Imunização (PNI), Francieli Fantinato, responsável por editar a medida permitindo a grávidas que tomaram a vacina da Astrazeneca receberem a dose de reforço de outra marca. "Isso provocou mortes. Segundo se sabe, a mando de Queiroga. O nome é intercambialidade. Isso é um crime. Não se sabia se teria efeitos colaterais. Fizeram como se fosse cobaia", frisou o senador Otto Alencar (PSB-BA).

Ontem, a CPI resolveu tomar a medida mais drástica contra um depoente desde o início dos trabalhos. O presidente Omar Aziz (PSD-AM) fez um pedido de condução coercitiva do empresário Carlos Wizard. Ele era esperado para uma oitiva, nesta quinta-feira, e não compareceu. O parlamentar relatou que o colegiado foi procurado por advogados de Wizard, horas antes da sessão, para negociar uma nova data de depoimento. O colegiado já havia negado uma solicitação para que a oitiva ocorresse de forma remota. "Hoje (ontem), às 7h, a secretaria recebeu pedido dos advogados de Carlos Wizard para uma audiência com esta presidência para tratar de redesignação da data mais adequada dentro dos trabalhos desta comissão parlamentar de inquérito. É uma brincadeira dele, né?", criticou.

Aziz afirmou que pedirá a um juiz a apreensão do passaporte de Wizard quando ele regressar dos Estados Unidos. "Diante da ausência do depoente,

determino que seja oficiada a Justiça Federal para que o passaporte do senhor Carlos Wizard seja imediatamente retido pela Polícia Federal tão logo ele ingresse em território nacional e somente lhe seja devolvido após a prestação de seu depoimento diante desta comissão", destacou.

"Falta de respeito"

O presidente da CPI se mostrou incomodado com o fato de Wizard ter acionado o Supremo Tribunal Federal (STF) para se manter calado na CPI e não comparecer à oitiva. "Por que foi ao Supremo, se não viria? O ministro (Luís Roberto) Barroso, com certeza, tem muitos afazeres dentro do trabalho que ele tem como ministro", frisou, numa referência ao magistrado que concedeu o benefício ao empresário. "É uma falta de respeito", completou.

O senador Humberto Costa (PT-PE) destacou que a CPI tem prerrogativa para obrigar Wizard a depor. "Tem previsão constitucional, no regimento do Senado e no Código Processual Penal", ressaltou. Otto Alencar também defendeu a condução coercitiva.

Já o governista Marcos do Val (Podemos-ES) acredita que a ausência do convocado tem relação com a forma com que o relator, Renan Calheiros (MDB-AL), tratou depoentes. "Eu acho que o início da CPI foi um erro. Foi um início em que o relator deu voz de prisão e assustou os convidados. Causou uma onda de procura ao STF", enfatizou. "Uma coisa é ser sabatinado em uma delegacia, outra, é ter transmissão para o mundo inteiro, e sua família te vendo. É uma outra forma de investigação. Eu disse que Renan Calheiros não estava preparado e que isso ia gerar consequências."

Confira quem deve se tornar investigado na CPI da Covid

- » Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde
- » Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores
- » Marcelo Queiroga, ministro da Saúde\*
- » Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

» Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência

» Arthur Weintraub, ex-assessor especial da Presidência

» Francieli Fantinato, coordenadora do Programa Nacional de Imunização

» Carlos Wizard, empresário

» Nise Yamaguchi, médica

» Paolo Zanotto, virologista

\*Não há consenso sobre a mudança de status de Queiroga

Saiba mais

Os listados como investigados passam a ser tratados como suspeitos de ter participado de um crime. Isso porque a CPI classifica como investigadas aquelas pessoas contra as quais há provas e indícios veementes. Segundo assessores do Congresso, a alteração do status desobriga o investigado a assinar um termo para falar somente a verdade, pois não é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Os investigados da CPI foram ouvidos como testemunhas em seus depoimentos. A testemunha é uma pessoa que viu fatos, mas não participou de irregularidades e crimes. Ao transformar alvos em investigados, a comissão ganha em profundidade na apuração. A partir de agora, medidas como busca e apreensão e requisição de documentos ficam mais fáceis.

A CPI ouvirá, hoje, os médicos Ricardo Ariel Zimmerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves. Indicado pelo governo para falar a favor do chamado tratamento precoce, Cardoso é investigado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e pelo Ministério da Economia por suspeitas de irregularidades no recebimento de auxílio-doença entre 2019 e 2021.

Cardoso passou todo o ano de 2020 supostamente afastado do trabalho por sequelas de um problema de saúde neurológico. Apesar de ter assegurado o salário como perito, no final de 2019, deu entrada no auxílio no **INSS** na condição de médico autônomo. O primeiro benefício foi concedido em abril de 2019, com duração de quatro meses. O auxílio foi prorrogado por um ano, até setembro de 2020, mas o médico recebeu o pagamento até fevereiro de 2021, quando solicitou nova renovação, mas teve o pedido negado.

Durante o período que se dizia incapaz de exercer a profissão, porém, Cardoso teria atendido pacientes, segundo ele próprio relatou, o que configuraria fraude

no recebimento do benefício. Em audiência on-line da Câmara, neste ano, ele disse ter atendido cerca de mil pacientes com covid-19.

Gabinete paralelo

Enquanto estava de licença, Cardoso ainda participou de dezenas de lives, uma delas com a participação do presidente Jair Bolsonaro, e outros suspeitos de integrar o gabinete paralelo - grupo de médicos críticos a vacinas e favoráveis ao tratamento precoce que estariam assessorando, de maneira informal, o chefe do Planalto sobre as ações na pandemia.

O Ministério da Economia afirmou que foi aberto processo para apurar possíveis irregularidades e, se comprovadas, as penalidades legais previstas são de advertência, suspensão ou demissão. Procurado, Cardoso não se manifestou até o fechamento desta edição.

**Site:**

<http://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/06/4932056-cpi-da-covid-divulgara-10-nomes-de-testemunhas-que-passarao-a-ser-investigadas.html>

# Justiça e justiceiros - VISTO, LIDO E OUVIDO

**CIRCE CUNHA**

Não é de hoje que se sabe que a principal característica, capaz de fazer de um indivíduo um bom profissional, seja em que profissão for, não é tanto seu currículo técnico e sua formação acadêmica, seus títulos e suas medalhas, mas, fundamentalmente, sua índole e caráter. Isso porque, desde a antiguidade, os melhores profissionais sempre foram também boas pessoas. De outra forma se pode afirmar que uma pessoa má jamais será um bom profissional. É da vida. Esse aspecto íntimo, contudo, não é levado em conta na hora da seleção de candidatos, optando os recrutadores de mão de obra por indivíduos que exibem volumosos currículos e outras prendas. Com isso, não é raro encontrar em altos postos de comando pessoas dotadas de extensa formação acadêmica, mas que, por sua má índole, acabam sendo um estorvo para o desenvolvimento de uma empresa e um empecilho para a ascensão de outros indivíduos.

O empresário ou a repartição pública que tiverem a felicidade de encontrar um candidato que reúna em si as duas características terá encontrado uma pedra preciosa e já lapidada. No Brasil o quadro geral que se observa, principalmente entre os **servidores públicos**, não é alentador, com as devidas exceções.

Muitas vezes é possível que você tenha resolvido uma pendência particular no vasto labirinto da burocracia brasileira, por meio apenas de um servidor sem muito currículo, mas repleto de boa vontade e presteza. São esses abnegados funcionários que carregam o serviço público nas costas e que nunca são devidamente lembrados. Por alguma razão, pouco clara, quis o destino algo parecido, que no Brasil, os altos postos de comando, estão comumente preenchidos por indivíduos que fazem de sua formação acadêmica um baluarte, de onde passam a humilhar todos ao redor.

A usual expressão "sabe com quem está falando?" é, para nossa vergonha, uma ameaça geral que ganhou força entre nós e é usada sem cerimônia. O mesmo ocorre no famigerado e subdesenvolvido foro de prerrogativa de função ou foro privilegiado, que ao criar uma sociedade à parte e acima das leis comuns, mostra bem o retrato desse Brasil cordial, apontado por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, publicado em 1936 e que tantos males tem feito ao pleno desenvolvimento de nosso país.

Para aqueles que enxergam na doutrina cristã um bom caminho, ao menos para o aprimoramento do espírito e para um desenvolvimento do humanismo interior, foi dito, ainda nas primeiras décadas do século 1, para termos cautela com esses profissionais.

Em Marcos 12,38, está expresso: "Cuidado com os mestres da lei. Eles fazem questão de andar com roupas especiais, de receber saudações nas praças e de ocupar os lugares mais importantes nas sinagogas e os lugares de honra nos banquetes. Eles devoram as casas das viúvas e, para disfarçar, fazem longas orações. Esses receberão condenação mais severa". Tal advertência não é sem razão, e muitos são aqueles que guardam hoje tristes experiências colhidas junto a essa categoria senhorial.

Caso emblemático é dado pelo então juiz e hoje ocupando cargo de desembargador que com uma promotora cuidaram, na década de 1990, e de forma marota e até hoje ignorada pela Justiça, de dilapidar totalmente a herança de R\$ 16 milhões deixada por um pai ao seu filho menor idade. Deixado aos cuidados dessa dupla, por decisão judicial que lhes outorgou a guarda da dinheirama, ao fim de pouco tempo restou ao pobre órfão dívidas volumosas e alguns processos, além da conhecida impunidade aos cuidadores de toga.

São justamente essas pessoas de má índole, que na qualidade de juizes de direito, a exibirem currículos invejáveis, mandam pôr na cadeia quem furta uma pasta de dente e livram das grades quem furta bilhões. Acusam de quadrilheiros procuradores que ousam prender corruptos, ao mesmo tempo em que mandam pôr de volta às ruas compadres e outros malfeitores apanhados roubando dinheiro de pobres trabalhadores. A lista dos malfeitos desses profissionais de má índole é grande, assim como é grande o inconformismo daqueles que realmente lutam por justiça.

A frase que foi pronunciada "Estou apenas fazendo o que meu pai me ensinou: equilíbrio e tratar as pessoas com decência e respeito."

Juiz Frank

CaprioVentos

» Chama a atenção de quem passa pelo late as cores vivas escolhidas para envolver a escultura Flotilha, de Marcos Decat França. O vermelho e amarelo cobrem a escultura de aço dedicada aos velejadores. Em encontro informal, o artista agradeceu ao Flávio Pimentel, o comodoro; Flávio Ribeiro Diretor Cultural e Sílvia Frabetti, vice-diretora.

História de Brasília Mais adiante, há um barraco, onde existe uma prensa para sacos de cimento. Agora, transformou-se em "ferro velho", e sucata de construção está, também, empilhada desordenadamente em frente ao barraco. As residências vizinhas, que enfrentem as dificuldades e paguem em dia seus impostos.

(Publicado em 03.02.1962)

# Uso político provocou a revisão da lei de improbidade administrativa (3)

A revisão da Lei de Improbidade Administrativa é comemorada pelos gestores, **servidores públicos** e fornecedores, mas pelos especialistas, a crítica é que as mudanças podem favorecer a corrupção. Acontece que o texto base limita punição a condutas dolosas, ou seja, quando houve intenção de lesar os cofres públicos. Para os que lidam com a administração pública, as mudanças devem dar agilidade nas ações e proteção contra injustiças.

O Plenário da câmara dos Deputados aprovou o texto que segue para o Senado, onde poderá ser aprovado como está ou

receber novos ajustes. O principal argumento que conduziu para a aprovação é que a revisão vai permitir que administradores tenham as condições de exercer suas atribuições sem receios de uma Lei que, da forma como está, permite punir tudo e todos. consideram que a revisão vai evitar distorções e excessos, além de dar racionalidade ao processo, com limite temporal; garantir que não haja uso político-eleitoral da Lei para cometer injustiça com servidores; melhorar a tipificação das condutas configuradoras de improbidade; e aumentar a penalidade para atos de gestores desonestos.

É sabido que a Lei de Improbidade Administrativa foi redentora ao combate à corrupção e ajudou a preservar recursos públicos e evitou o enriquecimento ilícito. De outro lado, também vem servindo para ações e operações revanchistas, provocando ocasiões políticas. Desafetos usam o poder da Lei para eliminar rivais políticos em operações e condenações duvidosas.

Em tese, a flexibilização da Lei garantirá punições em casos de corrupções com a devida comprovação de ato doloso, quando há intenção de causar danos. Quando não houver provas, ou quando o servidor público for envolvido sem comprovação de intenção de causar dolo, a responsabilidade será afastada.

A Lei de Improbidade Administrativa é importante apesar de que é rigorosa a ponto de permitir interpretações que possam punir quem não tenha culpa. uma revisão criteriosa faz necessário para evitar o uso político, como vem ocorrendo, e corrigir injustiças. como ainda passará pelo Senado, dará tempo para novas revisões e evitar que a Lei fique

frouxa demais e favoreça aqueles que tenham intenção de dolo ao bem público.



# MPF vai à Justiça contra o Incra e o estado de Rondônia

O Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça proíba imediatamente o Incra e o estado de Rondônia de repassar terras da União para particulares, sem que antes o Incra corrija irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 1.242 processos de regularização fundiária. O MPF argumenta que o Incra, além de não cumprir as determinações do TCU, fez convênio com o estado para a titulação de áreas públicas com mão de obra temporária em funções de servidores públicos efetivos.

# Se Brasília não parar de roubar, São Paulo tem que cair fora (2)

**ISRAEL RUSSO É JORNALISTA**

O sentimento de que São Paulo é absurdamente prejudicado pelo "pacto federativo" está novamente emergindo nas esferas do debate público; em Casas Legislativas, podcasts, rádios, etc. Desta vez, pretendo explanar argumentos de caráter sociológico e econômico que demonstram a inviabilidade do sistema de arrecadação e distribuição monopolizados pela União.

Nosso ordenamento jurídico cobre um território de proporções continentais, algo incomum, por exemplo, na Europa. Se olharmos nossos vizinhos do norte, os Estados Unidos também são um país gigante, mas fundamentalmente distinto no que tange à distribuição de poder entre unidades federativas.

A autonomia dos estados americanos proporciona uma independência preciosa para a teoria da complexidade de Friedrich Hayek.

Primeiramente, é necessário ressaltar que nosso Estado opera por meio de um "racionalismo construtivista", isto é, entende que cultura, linguagem e economia possuem raízes na razão humana.

Essa tese defende a possibilidade de se criar e modificar instituições sociais por meio de colaborações mútuas em prol do coletivo. No centro de tudo (leia-se Brasília), mentes brilhantes decidem o que fazer com a arrecadação de todos estados.

Na visão hayekiana, dessa suposta centralização do poder não se sucede uma ordem intencional. O economista austríaco explica que a sociedade opera tal como sistemas complexos da química e da biologia; ela não é arquitetada, mas se adapta. Informações e habilidades estão dispersos na sociedade - não é possível concentrar o conhecimento existente em uma única esfera.

Os indivíduos usam seus conhecimentos para atingir seus próprios objetivos, e nesse caos surge a ordem espontânea. Ações intencionais geram resultados não-intencionais e, nos múltiplos efeitos imprevisíveis, a própria complexidade se torna uma ordem adaptativa. Trata-se da Teoria do Caos, primariamente apresentada pelo russo Ilya Prigogine, nobel de Química.

Como isso se aplica a nossa realidade?

A tentativa de arquitetar uma economia linear por meio da centralização do poder na União prejudica estados que despontam e provoca comodismo a estados que pouco produzem. As atitudes espontâneas acabam sendo podadas pelo monopólio da ordem; quando se esbarra em um formigueiro, tentar concertar mais atrapalha do que ajuda. Não é possível alcançar o sucesso da administração pública se um país continental concentra todo orçamento em um contingente de parlamentares completamente distantes da realidade.

O conhecimento está disperso e o orçamento brasileiro mostra que o Estado sequer leva essa falha em consideração.

Vamos colocar essa problemática em números. Em 2019, o estado de São Paulo arrecadou R\$ 422 bilhões em **impostos**.

Todo esse valor foi enviado para Brasília, onde 513 deputados (apenas 70 deles paulistas) decidiram como seria distribuído o dinheiro. Desses R\$ 422 bilhões, apenas R\$ 55 bilhões foram destinados de volta para São Paulo.

Faz algum sentido isso?

O restante do dinheiro foi distribuído para as outras unidades federativas.

Por isso é comum vermos estados deficitários aumentando o salário de seus funcionários públicos quando, em tese, não conseguiriam pagar a conta. É um sistema de "recompensa" para a má administração e resultados negativos de unidades improdutivas.

Caso São Paulo ficasse com ao menos metade do que arrecada, a diferença já seria imensurável. A unidade mais rica e que mais produz no país é a mesma que paga o pior salário para a polícia militar, isso é inaceitável. Para se ter uma ideia, segurança pública, saúde e educação poderiam ter uma verba quase cinco vezes maior.

Não se trata de um discurso separatista, mas é um absurdo que um estado que representa um terço do

**PIB** nacional receba de volta apenas 13% do que envia para a União. Longe de se pensar em "rasgar a Constituição", meu sentimento é muito mais conservador do que isso. Poder-se-ia criar uma PEC que altere progressivamente essa porcentagem, ou seja, diminui de ano em ano o repasse que os estados fazem para Brasília.

Vale ressaltar que isso não se aplica somente a São Paulo. Há outras unidades superavitárias que acabam pagando uma conta que não é delas; a descentralização do planejamento orçamentário precisa acontecer em todos os estados, gerando autonomia e incentivo ao desenvolvimento.

ISRAEL RUSSO É JORNALISTA

# Reforma administrativa divide deputados da bancada mineira

**THAÍS MOTA**

Parlamentares veem dificuldade para que o texto avance como está atualmente

Uma das apostas da equipe econômica do governo federal para o equilíbrio das contas públicas do Brasil, a PEC da Reforma Administrativa está longe de ser consenso no Congresso. Isso pode atrasar a aprovação do texto na Câmara dos Deputados.

Entre os parlamentares mineiros, o tema divide opiniões e, para alguns deles, é difícil que seja aprovado como proposto, porque já enfrenta resistência de categorias.

O tema mais complexo é o que trata da estabilidade no emprego público. Em entrevista ao jornal "Valor Econômico", o relator da PEC na Comissão Especial da Câmara, Arthur Maia (DEM-BA), disse que há pontos que são "inegociáveis" e que esse é um deles.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) pontuou que o resultado da admissibilidade na própria Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) demonstrou que o tema não é unanimidade. Na votação, a proposta foi aprovada por 39 votos a 26. "Deu uma subidinha no telhado porque houve um açodamento muito grande na CCJ. O resultado da CCJ também não foi um resultado que trouxe tranquilidade para o governo porque, ao analisar os números da votação na matéria, pela CCJ não se conseguiram os 3/5 (necessários para aprovar uma PEC no plenário).

Então, se você levar esse placar para o plenário, não se alcançariam 308 votos para aprovação", avalia.

Além dos pontos polêmicos, Delgado alerta para o fato de que o texto impacta categorias que são bem articuladas no Congresso. "A exemplo, o pessoal das Forças de Segurança. Então, muitos dos deputados ligados à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal e às polícias militares já votaram contra na própria CCJ. Não há qualquer garantia de votação do texto", afirma. Ele aposta que o texto, que agora está na Comissão Especial, não será votado antes do recesso parlamentar de julho.

Presidente do PDT em Minas, o deputado Mário Heringer também acredita que o debate deve enfrentar

resistência, especialmente em razão da pressão dos próprios servidores. "O funcionalismo público tem uma capilaridade muito forte e trabalha muito politicamente", avalia.

Por outro lado, o deputado e presidente do PSDB mineiro, Paulo Abi-Ackel, acredita que a matéria avança no Legislativo, ainda que seja parcialmente desidratada. Ele avalia ainda que a proposta em discussão está aquém do que o país precisa justamente por não ser válida para os atuais servidores. "Não é a reforma administrativa ideal para o futuro do Brasil porque não modifica os atuais possuidores de direitos adquiridos, só projeta para o futuro uma máquina administrativa mais enxuta, ou seja, traz pouco efeito imediato", disse. Ele avalia também que o texto reflete o que é possível ser feito sem ferir a garantia constitucional do direito adquirido dos **servidores públicos**.

Impacto tem visões diversas

Entre os deputados mineiros, há quem avalie que a PEC da Reforma Administrativa é necessária para a modernização e a correção de distorções do setor público. É o caso do deputado Newton Cardoso Júnior (MDB). "A adaptação (do funcionalismo público) às regras mais modernas, como trabalho remoto, são necessárias. E não dá para separar a discussão sobre como tratar de temas como esse no setor privado e não discutir no público", disse.

"O ideal era (o setor público) estar sempre na vanguarda", disse, enfatizando que não analisou todo o texto ainda para opinar.

Para Mário Heringer, porém, o texto atual da PEC promove o sucateamento do serviço público e o deixa mais suscetível à alternância de poder. "Apesar de não ser retroativa, não acredito na criação de um serviço público sucateado e instável. O serviço público precisa da estabilidade exatamente para que não chegue amanhã o patrão da vez trocando, demitindo e fazendo novos concursos.

Isso permitirá uma grande mobilidade no serviço público que não sei se é interessante", afirma.

Atraso pode ter impacto também na **reforma tributária**

Ao lado da **reforma tributária** e da PEC Emergencial, a discussão da PEC da Reforma Administrativa foi uma promessa do deputado Arthur Lira (PP-AL) durante sua campanha para a Presidência da Câmara dos Deputados no início deste ano. A PEC Emergencial foi a única já aprovada desde então, ainda em março.

Em agenda com representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fieng), em Belo Horizonte, naquele mês, ele foi muito cobrado sobre pautar o debate da revisão da carga tributária, mas condicionou esse debate à aprovação das mudanças na estrutura administrativa do Estado. Disse que primeiro era preciso redesenhar o tamanho do Estado para depois aprovar mudanças nos **tributos**.

Nesse sentido, um possível atraso na discussão da reforma administrativa pode empurrar o debate da **reforma tributária** para o próximo ano. Porém, alguns deputados já sinalizam com a possibilidade de que o texto seja fatiado ou, até mesmo, discutido paralelamente aos debates da PEC 32/2020. "Nós podemos também dar início aos debates da **reforma tributária** simultaneamente", disse o deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB). Mas a votação, ele defende, que seja em momentos distintos em razão de a Casa já estar debatendo também a **reforma política**: "Eu acho que até o final do ano temos os três temas votados".

Na avaliação de Newton Cardoso Júnior (MDB), a **reforma tributária** é mais urgente e atende os anseios da sociedade, além de trazer reflexos mais diretos.

"A **reforma tributária** é mais importante neste ano e deveria estar na frente, não acho que há tempo para aprovar as duas", opinou o parlamentar, que completou: "É uma demanda de governos estaduais, da indústria e de diversos setores que querem redução de **impostos**, simplificação e menos burocracia. É a gente está discutindo uma coisa que é importante, que é a redução do Estado, mas que não traz nenhuma mudança prática para a sociedade".

**Site:**

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15955>

# Bolsonaro fala em reajuste a servidor

**VERA BATISTA**

A pedido do presidente Jair Bolsonaro, a área técnica do governo estuda dar um reajuste linear de 5% aos servidores federais. O impacto no Orçamento, de acordo com previsões divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, seria de R\$ 15 bilhões em 2022. Para especialistas de dentro e de fora do governo, o presidente dá sinais claros de que vai aumentar a pressão sobre as contas públicas para se reeleger em 2022.

O anúncio de que um novo Programa Bolsa Família passaria para R\$ 300 mensais pegou de surpresa a equipe econômica. Com a mudança, Bolsonaro busca atender a população de baixa renda, que se afasta cada vez mais da sua base. Com o plano de conceder um reajuste salarial aos servidores, o chefe do Executivo tenta agradar ao eleitorado que votou nele em massa, mas já o chama de traidor, principalmente os policiais federais.

Por meio de nota, o Ministério da Economia, responsável pelo cofre da União e o maior defensor do ajuste das contas públicas, informou que "não vai se manifestar" sobre o reajuste salarial para o funcionalismo público. Mas a possibilidade da correção nas remunerações, em 2022, "ultrapassa o bom senso", de acordo com um técnico do órgão.

"É uma proposta inqualificável. Principalmente porque ainda estamos na vigência da lei complementar (LC nº 173/2020) que proíbe, durante a pandemia, quaisquer benefícios ou aumentos de remunerações. A LC vai até dezembro de 2021. Mas não significa, ao fim do calendário, que a situação melhore como mágica. Isso (o pedido de reajuste) chegou aqui (no ministério), mas não teve apoio. Esses incongruentes 5% vazaram de propósito para testar o mercado", reclamou o técnico, que não quis se identificar.

Para o economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, de fato, o ano eleitoral começou mais cedo e não há como retroceder. "Logicamente, essa é uma pressão que vem do Legislativo, porque já se viu que algumas carreiras foram beneficiadas ao longo de 2021. Tenho certeza de que a área técnica não concorda. Mas não se sabe até que ponto será obrigada a ceder às pressões políticas", reforçou. Um consultor da Casa Civil, que também preferiu o anonimato, explicou que não é de hoje que assessores de Bolsonaro buscam espaços orçamentários para angariar votos, principalmente depois da soltura do ex-

presidente Lula.

Na análise desse técnico, a preocupação não é com o ajuste fiscal, mas com a necessidade de encontrar qualquer ponta solta que represente perda de popularidade. "São feitos pedidos dos mais variados aos órgãos técnicos. Formas de encontrar dinheiro em todo canto, seja como for. Quem contesta, fica marcado. E não se assuste se, em meio às discussões sobre reforma administrativa, **reforma tributária** e privatizações, surja mais um tributo para a sociedade bancar a corrida às urnas", disse o técnico.

Fim do abono

Com o objetivo de levantar recursos para aumentar o valor do Bolsa Família para R\$ 300, o presidente Jair Bolsonaro pretende acabar com o abono salarial dos trabalhadores. Cerca de 25 milhões de brasileiros que ganham até dois salários mínimos recebem o abono anual, cujo valor vai de R\$ 92 a R\$ 1.100. A notícia não agradou nem ao mercado financeiro nem às entidades de trabalhadores.

No ano passado, diante de uma proposta do Ministério da Economia de usar o abono para bancar o auxílio emergencial, Bolsonaro afirmou que não tiraria dinheiro "dos pobres para dar aos paupérrimos". O abono é financiado com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), que também alimentam o seguro-desemprego.

Para o economista-chefe da Agência Austin Rating, Alex Agostini, o reajuste do Bolsa Família é importante, mas tem que ser feito com cautela para não furar o teto dos gastos. "Não concordo com a extinção do abono do PIS/Pasep nesse momento de pandemia, com o mercado de trabalho em recuperação lenta e o Brasil correndo o risco de uma terceira onda da covid-19. O governo fez benevolências com o pessoal do meio ambiente, perdendo multas, e benefícios às Forças Armadas. Acho que esses pontos, sim, deveriam ser repensados. Basta coragem", disse.

Por meio de nota, a Força Sindical informou que a "proposta do governo merece repúdio de todos", e lamentou que, mais uma vez, sejam ameaçados direitos e conquistas sociais dos menos favorecidos. A entidade sugere a criação de um imposto sobre grandes fortunas para financiar o combate à fome e às desigualdades. "Essa é uma pressão que vem do

Legislativo, porque algumas carreiras foram beneficiadas ao longo de 2021. A área técnica não concorda, mas não se sabe se será obrigada a ceder às pressões políticas" César Bergo, sócio da corretora OpenInvest

## Liberalismo nacional é uma negociata (2)

**Vinicius Torres Freire** *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Lei de privatização da Eletrobras cria mais daqueles favores que emperram crescimento

Um motivo da relativa pobreza e do baixo crescimento do Brasil é o mau funcionamento da economia de mercado, se é que "tudo isso que está aí" pode ser chamado assim, de "economia de mercado". A lei de privatização da Eletrobras avacalha ainda mais essa geringonça nacional.

A aprovação dessa lei porca e dinheirista foi aplaudida por empresários beneficiados, por governos locais, pelo povo do mercado que tinham comprado ações da empresa e por Paulo Guedes, o tiozão do Whatsapp pinochetista que é a fantasia caricata de liberal do governo de Jair Bolsonaro. Liberal mesmo não tem aí nessa turma. É todo mundo mero negociata ou coisa pior.

"Economia de mercado" é uma ideia abstrata, um modelo incompreensível ou que desinteressa a maioria das pessoas mesmo quando apresentado na sua versão mais simples. Trocando em miúdos muito grossos, o mercado não funciona ou talvez inexista por aqui porque muita decisão de investimento não é orientada pelo cálculo da rentabilidade do negócio em si, por preços livres e custos, pois tal decisão é influenciada de modo pesado pela "rentabilidade" decidida pelo governo.

Um investimento, a criação ou expansão de uma empresa, pode pagar 20% ou 40% de imposto, digamos, porque foi realizado em tal ou qual região ou para produzir tal coisa e não outra. Talvez não pague imposto algum ou até receba um incentivo extra. Quanto mais favor e iniquidade de tratamento, menos o emprego do capital é orientado pelo critério de eficiência. Menos eficiência, menos produtividade; ineficiências somadas diminuem o crescimento.

O Brasil tem centenas de regimes especiais de tributação, subsídio, proteção tarifária (no comércio exterior) etc. É difícil imaginar um setor médio ou grande que não tenha sua regrinha especial de favor, cavada em um lobby velho ou coisa pior.

A lei de privatização da Eletrobras está cheia de subsídios e determinações de investimento que, em princípio ou por princípio, subvertem a ideia de uso

eficiente de recursos (que depende de concorrência). Teve apoio de Guedes, que quer fazer onda que privatizou uma "joia da coroa", que se danem os estragos.

A incompreensão do que pode haver de útil em uma economia de mercado é notável nos comentários mais comuns sobre a **reforma tributária**. "Vai simplificar o pagamento de **impostos**" etc. Sim, isso é importante também, até porque a lei, de tão confusa, provoca disputas jurídicas imensas (mal ou bem-intencionadas), com o que as empresas não sabem quanto devem de **tributos** e, assim, desconhecem seu custo.

Essencial, porém, é a ideia de que a cobrança de **impostos** não vá influenciar excessivamente a decisão sobre o melhor uso do capital. Para tanto, **impostos** têm de ser, o quanto possível, uniformes (um setor ou região não pode pagar zero e outro 50%). Obviamente, a relativa uniformização vai produzir ganhadores e perdedores setoriais e, em tese, um ganho social (total) maior. Obviamente, uma reforma profunda vai empacar pelos mesmos motivos que provocaram a aprovação dessa lei porca de venda da Eletrobras.

Sim, mercados têm um monte de problemas, reconhecidos pela maioria dos economistas-padrão: falhas de mercado, de coordenação, distribuição muito desigual etc. Sim, há mais o que criticar, mas por ora passemos. Além desses problemas, criamos um monstro de produção de favores pior do que aqueles que vemos em economias capitalistas menos incivilizadas. Guedes, Bolsonaro, empresários corsários e parlamentares negociatas criaram mais uma cabeça nesse monstro.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49562>



## Bolsonaro, Lira e as reformas (3)

A desídia do Executivo federal na promoção das reformas administrativa e tributária não é segredo, tampouco novidade. A cada dia é mais evidente que o presidente Jair Bolsonaro não deseja nenhuma reforma. Seu objetivo é a reeleição e nada que possa significar alguma dificuldade eleitoral contará com o seu apoio.

A falta de compromisso com as reformas por parte do Palácio do Planalto é lamentável - e diz muito sobre as dificuldades que o País enfrenta. Governos que não deixam o palanque não enfrentam as causas dos problemas nacionais, antes tentam se aproveitar desses mesmos problemas para permanecer no poder.

Há, no entanto, uma situação ainda mais grave. Não é apenas o presidente Jair Bolsonaro que, com seu manifesto desinteresse pelo tema, dificulta o andamento das reformas. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), vale-se da falta de coordenação política do Palácio do Planalto para inviabilizar qualquer possibilidade de melhoria legislativa e, no que estiver ao seu alcance, promover o que se pode chamar de verdadeira agenda antirreforma.

Desde 2016, não se via essa convergência de Executivo e Legislativo na oposição às reformas.

Apesar das evidentes resistências do Congresso, o governo de Michel **Temer** foi capaz de promover reformas importantes, como a trabalhista, a do ensino médio e a PEC do Teto de Gastos.

A partir de 2019, a equação se inverteu. Apesar das resistências de Jair Bolsonaro, o Congresso, sob a liderança do deputado Rodrigo Maia, então presidente da Câmara, foi capaz de aprovar, por exemplo, a reforma da Previdência. Agora, o interesse público está órfão. O presidente da República não faz o que lhe cabe e o presidente da Câmara faz apenas o que lhe interessa. Veja o empenho de Arthur Lira na alteração abrupta da Lei de Improbidade Administrativa.

A situação é constrangedora e, não raro, contraditória. Em setembro de 2020, o governo federal apresentou ao Congresso uma proposta de reforma administrativa.

Acanhado e falho, o texto do Executivo deixou de fora pontos importantes, a começar pelo fato de não alterar o regime dos atuais servidores.

Eram apenas mudanças para o futuro - 30 anos, pelo menos.

Mesmo com esses defeitos, diante da importância do tema - é urgente e essencial melhorar o funcionamento da máquina pública -, a proposta do Executivo foi vista como uma oportunidade para o Congresso enfrentar o assunto e aprovar, dentro do possível, uma redação final mais condizente com as necessidades do País.

No entanto, desde a apresentação do texto, o Palácio do Planalto não mostrou mais nenhum interesse em sua aprovação.

A situação é tão contraditória que até o relator da reforma administrativa na comissão especial, deputado Arthur Maia (DEM-BA), tem pedido que o presidente da República dê algum sinal de apoio à proposta feita pelo próprio governo.

"Que ele (Jair Bolsonaro) manifeste claramente para a base dele aqui no Congresso Nacional que é a favor da reforma.

(...) Quando eu fui relator da reforma da Previdência aqui na Câmara, o presidente **Temer** se engajou pessoalmente com toda sua força para que nós pudessemos aprovar. Isso foi claramente manifestado. Ele cobrava dos líderes o empenho, procurava os deputados, pedia o voto", disse Arthur Maia ao Estado.

No caso da **reforma tributária**, o Congresso trabalhou por mais de um ano na fusão das duas propostas em tramitação: a da Câmara (formulada pelo economista Bernard Appy) e a do Senado (de autoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly). Era uma oportunidade histórica de realizar uma mudança estrutural no sistema tributário do País.

O governo Bolsonaro, no entanto, não se interessou pelo assunto.

Propôs tão somente criar um novo imposto a partir da união do PIS/Cofins e, sempre que pôde, defendeu a volta da CPMF. Nesse cenário, o presidente da Câmara extinguiu a comissão da **reforma tributária**, o que, na prática, extinguiu as possibilidades de uma mudança mais estrutural dos **tributos**.

Eis a nefasta parceria de interesses entre Jair Bolsonaro e Arthur Lira. Sem as reformas de que

precisa, o País vê-se enredado no retrocesso.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desafios - DIÁRIO POLÍTICO

**Rhaldney Santos**

Em conversa com esta coluna na Rádio Clube AM 720, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, ressaltou que mais de 1,6 mil empresas que estavam em dificuldades já conseguiram regularizar a situação junto ao estado. Esses comerciantes que enfrentaram o período mais duro das medidas restritivas por conta da pandemia, foram beneficiados com redução de até 90% no valor devido em **tributos**, multas e juros. O incentivo do estado foi aprovado em Lei na Alepe que teve primeiro um acordo e convênio com a participação de todos os estados. Décio que foi o coordenador nacional do Grupo da **Reforma Tributária** do COMSEFAZ, que formulou após dois anos e meio de estudos e discussões a Proposta dos Governadores, a emenda constitucional substitutiva 192, protocolada no Congresso, lamenta que o andamento da **reforma tributária** tenha sofrido um grande impacto com a mudança da direção da Câmara: "As prioridades foram alteradas. (...) Agora a ênfase é aprovar a CBS, (que é só a fusão de PIS e COFINS), que não é **reforma tributária** é apenas uma lei." Quanto ao levantamento do ranking divulgado pelo Banco Mundial, que apontou Pernambuco como o pior estado do país para fazer negócios, o secretário discorda frontalmente: "Se fosse assim, não teria nenhuma empresa se instalando por aqui. (...) Nós estamos em um estado em que o **PIB** cresce mais do que o do Brasil." O servidor público revela que o governador Paulo Câmara (PSB) está trabalhando em um plano de investimentos para 2022 "bastante significativo". Sobre ter seu nome lembrado para a sucessão no governo do estado, Décio desconversa, fala dos muitos bons quadros que o PSB tem, mas destaca: "Quem encara a Secretaria da Fazenda, encara qualquer desafio."

Conversa I

Em entrevista à coluna a prefeita de Caruaru, Raquel Lyra (PSDB), exaltou a deputada federal Marília Arraes (PT) como única representante feminina na bancada pernambucana na Câmara dos Deputados e relatou encontro, em fevereiro, com a petista para solicitar emendas para Caruaru, pleito que foi atendido por Marília. A tucana também disse que a parlamentar sofreu uma campanha "caluniosa" na disputa pela Prefeitura do Recife. "Estamos abertos sim para conversar com Marília", disse Raquel.

Conversa II

Questionada sobre atrair o PDT para o palanque opositor, a prefeita de Caruaru não demonstrou a mesma abertura para o diálogo como Miguel Coelho (MDB), prefeito de Petrolina, que se reuniu, em abril, com o presidente estadual pedetista, deputado federal Wolney Queiroz. Wolney e o deputado estadual e ex-prefeito de Caruaru José Queiroz são fortes adversários da tucana.

Entrevista

O deputado federal Túlio Gadelha (PDT) vai ser entrevistado, às 9h, na Rádio Clube AM 720. A transmissão com vídeo é simultânea pelos canais Diário de Pernambuco no YouTube e Facebook.

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2021/06/desafios.html>

# "Brasileiro enche muito o prato"

**FERNANDA FERNANDES**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, causou polêmica ao afirmar que o brasileiro "enche o prato" e deixa "uma sobra enorme" de comida nas refeições. A declaração foi durante debate promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), no qual o ministro tratava sobre rastreabilidade, sanidade e desperdício de alimentos nas cadeias de produção e distribuição.

"O prato de um (cidadão de) classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, é relativamente pequeno e, aqui, nós fazemos almoço e deixamos uma sobra enorme", afirmou Guedes.

Para o ministro, essa "cultura" do desperdício alimentar no país também está na produção e transporte dos alimentos e na distribuição nos supermercados. Guedes também citou os restaurantes que, segundo ele, fazem "almoço" além do necessário, o que resulta na "refeição em excesso" do consumidor de classe média.

"Todo alimento não utilizado pode alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados... É muito melhor do que deixar estragar essa comida toda", disse.

Não é a primeira vez que Paulo Guedes polemiza com suas declarações. Em abril, o ministro chegou a reclamar do aumento da expectativa de vida do brasileiro ao explicar que não há recursos suficientes para aposentadorias. "Todo mundo quer viver 100 anos", disse, na época.

Para o economista Joilson Cabral, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com o aumento da pobreza na pandemia, a proposta de Guedes é, além de ilógica, ineficiente. "Não é uma fala verdadeira, do ponto de vista econômico. O ministro está propondo uma espécie de "cata-xepa", para que os mais pobres lidem com os "restos", analisa.

De acordo com Cabral, o governo deveria investir em políticas para reduzir o preço dos alimentos. "É preciso um estoque regulador, além da redução de tributos, principalmente sob a cesta básica", explicou.

Estudo de pesquisadores da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a Universidade de Brasília (UnB) apontou que seis em

cada 10 lares brasileiros vivem algum grau de insegurança alimentar. Isso representa um total de 125,6 milhões de pessoas. Já em situação de fome, são 19 milhões de pessoas, das quais 6,7 milhões são crianças.

# Governo vai avaliar mudança em data de validade de alimentos

Paulo Guedes sugere doar sobras do prato de famílias de classe média para pobres

Em um aceno ao setor de supermercados, o governo vai criar um grupo de trabalho para avaliar proposta de flexibilização da regra que trata da validade de alimentos no Brasil.

A sugestão é adotar modelo que permita vendas de baixo custo e doações a partir de determinado prazo.

A iniciativa foi anunciada após pedido da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que promoveu ontem o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento.

Convidada do evento, a ministra Tereza Cristina (Agricultura) disse que o governo vai criar um grupo para avaliar o tema e deu um prazo de 15 dias para apresentar a proposta.

"A gente poderia fazer uma adaptação, sem precarizar nada. Podemos rever uma série de fatores e gargalos, principalmente em relação à validade dos nossos alimentos. A pandemia nos trouxe esse tema de maneira perceptível, temos que agir rapidamente", disse.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que sua pasta vai compor o grupo. Para ele, seria interessante acoplar a iniciativa ao anúncio da reformulação Bolsa Família, fazendo uma ligação entre o novo programa social e o combate ao desperdício no país.

REGRAS. O modelo usado no Brasil considera a data de validade.

Dentro desse período, o produto é considerado seguro para consumo. Após o vencimento, ele não deve ser ingerido.

Outros países adotam o modelo do "best before" (consumir preferencialmente antes de). Nele, o produto pode perder frescor ou nutrientes após certa data, mas pode ainda ser seguro para uso.

Ao exemplificar o caso brasileiro, o ministro da Economia sugeriu que sobras de alimentos de famílias e restaurantes sejam destinadas a pessoas vulneráveis. "O prato de um classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos

relativamente pequenos.

E os nossos aqui, nós fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme. Isso vai até o final, que é a refeição da classe média alta, até lá há excessos", disse.

"Como utilizar esses excessos que estão em restaurantes e esse encadeamento com as políticas sociais, isso tem que ser feito. Toda aquela alimentação que não for utilizada durante aquele dia no restaurante, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados.

É muito melhor do que deixar estragar essa comida toda", afirmou o ministro da Economia.

Bolsonaro pede que mercados segurem preço

Em almoço com empresários ontem, o presidente Jair Bolsonaro fez um apelo para que os mercadistas segurem os preços dos itens da cesta básica. A afirmação foi feita pelo senador Flávio Bolsonaro (Patriota).

Segundo o filho do presidente, Bolsonaro demonstrou preocupação específica com a **inflação**. Reconheceu o "grande sacrifício" que os mercadistas já fazem, mas fez um apelo para que reduzam ainda mais a margem de lucro.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15955>

# Meu mandato foi interrompido por causa dessa pandemia

» **ALEXANDRE DE PAULA» ANA MARIA CAMPOS**

A pouco mais de um ano para as eleições do ano que vem, o governador Ibaneis Rocha (MDB) assume que pretende se candidatar à reeleição. Ele afirma - em entrevista concedida ao Correio no gabinete dele no Palácio do Buriti - que a pandemia interrompeu muitos dos planos que tinha feito para o Distrito Federal e que precisará de mais tempo para executá-los.

Na visão do emedebista, a pandemia não dominará a pauta do próximo pleito, mas diz que está seguro para mostrar o que fez nesse período. Ele reafirmou que o GDF não divulgará um calendário para a vacinação e considerou que a iniciativa de outros governadores de anunciar datas foi marketing. Adiantou que o DF deve receber, em agosto, 1,2 milhão de doses. Defendeu, ainda, a realização da Copa América no DF mesmo após a confirmação de dezenas de casos nas delegações.

Apesar de criticar a convocação de governadores para a CPI da Covid, assegurou que está tranquilo porque não tem o que **temer**, avaliação que estendeu para as tentativas de aberturas de comissões parlamentares de inquérito na Câmara Legislativa.

Ao falar sobre o caso Lázaro, tentou explicar-se sobre a declaração de que o criminoso estava fazendo as polícias de Goiás e do DF "quase que de bobas". "Minha fala foi no sentido de que é muito difícil você conseguir tratar dessa questão de um psicopata sumido dentro de uma mata. Ele não tem simplesmente qualquer tipo de limite", emendou. Ele acrescentou que acredita que Lázaro será capturado em breve.

A rixa com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (MDB), continua em pauta. O emedebista estuda processar o político do estado vizinho. "Ele não gosta do Entorno. Isso é claro. Ele acha que se elege para lá, e o povo do Entorno sofre com ele." Confira os principais trechos da entrevista

Estamos a mais de um ano das eleições, e parece que a campanha já começou. O movimento político está muito forte. Sente isso nos seus compromissos?

Não consigo diferenciar das eleições anteriores. Esse movimento sempre existiu. E aqui é ainda mais natural

porque nós não temos eleições municipais. Então, as pessoas vão se lançando e não há espaço para todos. É natural que as pessoas busquem o seu grupo político. Mas tudo vai depender muito das definições que serão feitas até o início do ano que vem: quais alianças serão feitas, quem vão ser os candidatos à Presidência da República, quais partidos vão caminhar juntos. Por exemplo, se o PT sair com o PSB no âmbito nacional, a aliança aqui no DF será uma. Se eles saírem separados, a aliança talvez seja outra. Essa conversa tem que existir. É natural da política e eu fico observando para tirar minhas conclusões mais adiante.

Já definiu seu caminho?

Eu quero ir à reeleição. Estou fazendo um trabalho reconhecido por grande parte da população. As pesquisas que nós temos nos apontam na faixa de 50% de aprovação do meu mandato. No que diz respeito ao meu trabalho na cidade, é bem maior.

Existe uma disputa entre seus aliados para integrar sua chapa como vice?

Sempre tem. Tenho um relacionamento muito bom com meu vice-governador, além de ter se transformado num amigo pessoal. Mas nós sabemos que há forças políticas se movimentando. É diferente da eleição passada quando foi difícil montar uma chapa, tanto que não conseguimos nem candidato ao Senado. Agora nós temos oito partidos trabalhando de forma conjunta nesse projeto de reeleição, e deve haver uma acomodação interna para vice, Senado e suplentes.

A pandemia vai ser a pauta das eleições. Como está se preparando para tratar desse assunto?

Não acredito que será pauta. A população vai passar da pandemia. Se for pauta, eu estou muito tranquilo porque fiz tudo o que podia para que as coisas dessem certo. Conseguimos a ampliação de leitos, atendimento de pessoal, contratação de profissionais da saúde. São mais de 6,5 mil, quase 7 mil profissionais. Essa pauta até me favorece.

Ainda acredita que terá toda a população vacinada em outubro?

Todo mundo, não. Mas entre 70% e 80%, sim. Por que digo isso? Está havendo uma constância na entrega de doses, o que está fazendo a gente diminuir a idade das pessoas sem comorbidades. Estamos também estabelecendo alguns grupos prioritários com base em estudos da Secretaria de Saúde. Tive uma conversa com o representante do Ministério da Saúde que cuida da questão das vacinas e a previsão é de chegada em agosto de 60 milhões de doses, que daria, só para o DF, 1,2 milhão de doses. Calculando que já vacinamos cerca de 1 milhão de pessoas, teremos quase toda a população vacinável já vacinada até setembro, outubro.

Quais vacinas?

Não sei. Não estou escolhendo vacinas. Vacina boa é vacina no braço. Só escolhi a dos professores porque temos de analisar com outro viés, o do retorno às aulas, da saúde mental das crianças e do sofrimento dos pais. A ideia é vacinar com essas da Janssen (que é de dose única) todo o público das escolas. A gente vai começar pelas escolas públicas, depois UnB, Instituto Federal e Faculdade de Medicina aqui do DF, e depois quero continuar vacinando todas as escolas privadas. Queremos retornar à normalidade em agosto para todo esse público educacional.

Existe uma cobrança de divulgação de um calendário de vacinação. Aqui teremos?

Esse calendário é ilusório. Para formar um calendário, eu teria de ter um calendário da remessa das vacinas. Vou manter como está. Está dando certo. Esses calendários são marketing.

Quem vai se vacinar? Crianças também?

Estamos trabalhando com o público acima de 18 anos. Se diminuir as idades, diminuiremos também.

Vai manter o agendamento?

O agendamento tem nos dado condições de fazer um controle de distribuição de doses dentro dos postos.

Como avalia a velocidade da distribuição de doses pelo Ministério da Saúde?

A gente sempre quer que seja mais rápido porque a nossa capacidade de vacinação depende da quantidade de doses que chegam, mas tenho notado nos últimos meses que tem havido uma regularidade no número de doses. Não tem um dia que não tenhamos conseguido vacinar. Isso dá um ambiente muito bom para a cidade. As pessoas se sentem protegidas. Elas sabem que serão vacinadas.

Está preparado para ir à CPI da Covid?

Acho que essa CPI, ao convocar governadores, comete um erro muito grande no que diz respeito à separação de poderes. Também não sei como eu conseguiria colaborar com eles porque, se for para tratar da Operação Falso Negativo, conheço muito pouco. Sei que foi anulada pelo STJ e transferida para a Justiça Federal e tudo vai se reiniciar lá. Eu administro a saúde, mas ouvindo os técnicos para tomar as decisões. Mas acho um erro convocar governadores, porque, daqui a pouco, vão convocar o presidente da República. Existe uma inversão da ordem jurídica nessa convocação, e eu estou na expectativa de que o Supremo Tribunal Federal decida isso da forma mais rápida possível e coloque as coisas no seu determinado lugar. Agora, se tiver de ir, estou muito tranquilo. Não pratiquei nenhum ato indevido, ilegal.

O senhor tem sido um bom aliado do presidente Jair Bolsonaro. Vai se estender às eleições? Estará numa aliança com ele?

Eu sempre digo que hospedo o presidente da República e demais autoridades do país. Então, eu tenho por obrigação e formação ser um bom parceiro. Da outra ponta, o presidente Bolsonaro tem sido muito correto com o governo do Distrito Federal. A gente tem conseguido muitos recursos de coisas que estavam paradas havia muito tempo. São várias obras de grande vulto pela cidade. Na questão do Ministério da Saúde, nossos pleitos têm sido atendidos. Então, trato muito bem. Agora, a eleição do ano que vem é outro assunto. Primeiro defendo que meu partido tenha candidato. Um partido do tamanho do MDB não pode prescindir de ter um candidato. Segundo, temos de aguardar a posição dos partidos. Se o MDB não tiver candidato, eu espero que participe da eleição de forma majoritária, indicando alguém a vice. Se o MDB não participar da eleição de forma direta, corre o risco de acabar.

Quais nomes vê no MDB para disputar a presidência?

Estou defendendo a discussão. Mas nós temos nomes como a senadora Simone Tebet, o Paulo Skaf, que é presidente da Fiesp... Nós temos nomes que podemos discutir para uma candidatura ou aliança com outros partidos.

Pensa em ser vice?

Não. Estou caminhando firme no sentido de ir para a reeleição. Mas tenho convicção de que essa composição das chapas nacionais só vai se definir no mês de abril do próximo ano. Acredita no surgimento de uma terceira via forte para se contrapor a Lula e

Bolsonaro?

Nem é questão de acreditar. As pesquisas dizem isso. A última pesquisa que eu vi dava o Bolsonaro com 33% e o Lula com 31%. E dava uma rejeição para cada um de 48% a 50%. Quando você pega uma rejeição como essa aos candidatos, é a prova de que existe espaço para ser preenchido. Se vai ser preenchido ou não, eu não sei.

Mas, num acordo, o senhor toparia integrar uma chapa nacional?

Muito difícil eu mudar de ideia. Estou feliz com o trabalho que estou desenvolvendo, mesmo com a pandemia. Vejo que a cidade tomou um novo ar e as coisas estão acontecendo. Mas meu mandato foi interrompido por causa dessa pandemia. Não deu para fazer tudo o que eu tinha vontade de fazer no Distrito Federal. Nós tivemos que destinar uma quantidade muito grande de recursos para a saúde. Isso tudo atrapalhou o meu projeto. Nunca fui muito favorável à reeleição, mas eu tive um baque na pandemia e ficou muita coisa que não vai dar para concluir. Muitas obras que quero entregar para a cidade.

A sua atitude de trazer para cá a Copa América foi uma solidariedade ao presidente Bolsonaro?

Eu acho que transformaram a discussão da Copa América numa discussão política. Eu acho que o erro foi aí. No momento em que o presidente chamou a deliberação da Copa América para dentro do Palácio do Planalto, ele politizou um evento esportivo. Eu, em torno de 60 dias antes, tinha publicado um decreto permitindo a realização de jogos esportivos sem público. Para mim, não tinha nada de diferente da Copa América com os demais eventos esportivos. Recebemos até a final da Sul-Americana. Agora, a gente sabe que o vírus vai acontecer, como está havendo com a equipe da Venezuela. Ele acontece. Independentemente de todo o controle que você faça, tem um risco realmente.

Com esses números, mais de 50 casos, o senhor não mudou de ideia?

De maneira nenhuma. Eu acho que está dentro do razoável.

Chama a atenção, também, o STF ter que se reunir para decidir sobre a realização de um campeonato de futebol. Isso tudo é resquício de uma eleição que não pacificou o Brasil. Nós estamos vivendo uma polarização muito grande. Os políticos que estão no comando vivem dessa polarização. Eles fazem isso no ambiente político e depois levam para o STF. O que o Supremo tem que decidir sobre jogos? É uma coisa

que perdeu o tom. Reforça a minha tese de que haja uma discussão dentro dos partidos para termos uma terceira via. Nós temos que ter uma pacificação deste país ou vamos chegar ao ponto de ter guerra civil. Teria que ter na cabeça dos dois que estão na frente das pesquisas que é hora de pacificar o país e deixar para discutir a eleição na época dela. Eu aqui não ando brigando com ninguém. Tenho meus adversários, eles falam mal de mim, mas nem por isso saio dando porrada para todo lado. Você tem que tentar cuidar das suas funções. Quando chegar a hora da política, vamos para o debate. Ter colocado que quer disputar a reeleição movimenta seus adversários, como Izalci?

Izalci saiu candidato no dia seguinte à eleição. Aí, é diferente. Eu acho até que ele está correto e tem que ser candidato.

Quem está se movimentando?

Existem grupos. O Partido dos Trabalhadores certamente vai ter candidato, já me disseram que é o Magela. Uma senadora como a Leila talvez seja candidata. Reguffe pode muito bem articular uma chapa de centro-esquerda. Partido Novo deve ter candidato. Houve movimentação do ex-deputado Joe Valle.

Em relação a Flávia Arruda, o senhor disse que ela daria uma bela senadora. Acredita que ela pode ser a candidata ao Senado na sua chapa?

Acho que para ela é o caminho natural. Ela teve uma excelente votação para deputada. Tem um nome consolidado no Distrito Federal. Faz um belíssimo trabalho. Se for o caso, se for a vontade dela e houver discussão travada entre os partidos da base, ela tem todas as condições de ser nossa candidata ao Senado.

E a Celina Leão de vice?

Nunca tratei desse assunto com a Celina. Ela tem um problema partidário que precisa ser resolvido. Um partido forte, como é o caso do PP, precisa eleger deputado federal. Eu tenho certeza de que a cobrança do (senador e presidente da sigla) Ciro Nogueira é no sentido de que façam, pelo menos, um deputado federal aqui na cidade. Então, ela tem essa discussão interna. Agora, ela é uma excelente parceira, é uma pessoa que está comigo desde o início. Ela visita as obras todas, está nas inaugurações. Eu gosto muito dela.

A oposição tentou emplacar duas CPIs na Câmara Legislativa para investigar questões ligadas à pandemia. Acha que isso foi uma tentativa de construir



uma narrativa para as eleições do ano que vem?

A oposição tem de ser oposição. Não fizeram nada mais do que o natural, mas a compreensão da maioria da Câmara Legislativa foi no sentido de não abrir. Eles têm todo direito de buscar os palanques deles. Eu respeito muito a Câmara Legislativa. Eu tenho ali meus líderes, o apoio de uma boa maioria ali dentro, mas procuro respeitar o máximo possível a divisão dos poderes.

Se fosse aberta uma dessas CPI, o senhor estaria tranquilo? Teria alguma preocupação? Do mesmo jeito da CPI que está em âmbito nacional, a daqui, para mim, seria muito tranquila, porque não devo nada.

Outra eleição que está pegando fogo é a da OAB-DF e a nacional também. Aqui, o senhor já foi presidente. Do seu grupo, ao menos, cinco pessoas querem se candidatar. Já diminuiu. Só tem dois agora.

Quem são os dois?

Thaís Riedel e o Everardo Gueiros. Pelo menos nesse início, eles vão seguir como candidatos. Lá na frente, não sei. Cleber, Evandro, essa turma toda, até onde tenho conhecimento, já se acertaram.

Ou seja, o senhor está nos bastidores.

Não, eu só ouvi. Eu não estou participando da eleição da Ordem. Eu vivi um momento em que perdi uma eleição por interferência de um governador, e o resultado posterior para a Ordem foi um desastre. A interferência do governo numa instituição como a OAB nunca pode ser benéfica. Eu tenho essa consciência de que não devo interferir e não vou. Eu quero que o vencedor faça um trabalho pela cidade. Eu tenho muito respeito pela instituição que presidi.

Que avaliação o senhor faz do mandato do atual presidente (Délío Lins e Silva Jr.)? O mandato do Délío, assim como o meu, sofreu muito com a questão da pandemia. A OAB vive de um contato, de uma comunicação. Quando era presidente, eu fazia quatro, cinco entregas de carteiras por mês, tinha todos os cursos da OAB funcionando, advogados frequentando o prédio, os tribunais todos abertos, as pessoas se encontrando. Nada disso aconteceu neste um ano e tanto que estamos vivendo. Então, ele sofreu muito e vai ter um desgaste muito grande. De outra ponta, e falo porque conversei com os advogados do meu escritório, houve um empobrecimento muito grande da advocacia por estar parado. Ficaram funcionando só sistemas eletrônicos. Isso vai ter que ser enfrentado na campanha. Como a advocacia vai renascer depois da pandemia será o grande debate.

Que perfil deveria ser escolhido para a vaga do ministro Marco Aurélio de Mello no STF? Eu acho que tem uma pessoa experimentada. Não dá para ser um novato. Tem que ser alguém que tenha alguma experiência no Judiciário. Até porque o Supremo, de uns tempos para cá, tem sido consultado em quase todos os assuntos. Não pode ser alguém que chegue lá para aprender. Tem que chegar pronto. Eu acho que a vaga deveria ser dirigida - na minha visão, não estou aqui querendo ensinar o presidente, a vaga é dele e ele coloca quem quiser - a alguém já do Poder Judiciário. Alguém que tivesse pelo menos 10 anos de magistratura para chegar lá dentro e a cadeira ficar no tamanho dele, não sentar e ser uma pessoa que vai ter que se acomodar.

Alguém do STJ? Veja que a escolha do ministro Kássio foi de um desembargador do Tribunal Regional Federal, que já tinha larga experiência na advocacia. Hoje, você o vê discutindo assuntos sem se diminuir em momento nenhum. Seria de alguém do TRF ou do STJ.

Fala-se do presidente do STJ, o ministro Humberto Martins.

É um excelente magistrado, falo porque conheço. É extremamente talhado, gosta do diálogo, vem da advocacia, foi presidente da OAB de Alagoas, foi do Tribunal de Justiça de Alagoas, chegou ao STJ, já está lá há um bom tempo. Tem perfil para ser. Vários outros ministros do STJ também tem perfil. Ministro Noronha, por exemplo. Acho que deveria ficar nesse campo para o presidente não ter risco de errar. Errar no Supremo não tem volta.

O presidente Bolsonaro, em uma declaração recente, falou sobre desobrigar o uso de máscara para pessoas vacinadas e que tiveram covid-19. Depois, voltou atrás e disse que ficaria nas mãos de governadores e prefeitos. O que o senhor acha? Vai manter a obrigação aqui?

O que temos que ter é segurança. Se houver avaliação de que a pessoa pode tomar a segunda dose e, depois daquele período, está imunizada, não vejo problema de não usar a máscara. O que importa é a imunização e evitar que transmita para outras pessoas. Quem tem que dizer isso para mim são os técnicos. Eu não posso fazer essa avaliação neste momento. Principalmente, porque temos novas cepas e ainda há estudo se as vacinas atingem essas variantes. Do meu ponto de vista, vou manter a utilização de máscara pelo menos até que se tenha segurança, como ocorreu nos Estados Unidos, que atingiu um nível de vacinação que permitiu a retirada. Eu vou aguardar um pouco mais.

A Saúde tem acompanhado com atenção essa questão das variantes?

Sim, todas as vezes que uma pessoa, principalmente de outro estado, tem algum risco, a Saúde faz a segmentação do DNA para poder descobrir.

Se houver aumento no número de casos, considerando até o risco de novas cepas chegarem, seria viável ter medidas mais restritivas, como foi no começo?

Eu tenho muita desconfiança se essas medidas restritivas hoje teriam efeito. As pessoas cansaram de viver isoladas. As pessoas já não aguentam mais essa situação. Temos que acreditar que a vacinação vai se dar da forma mais rápida possível para que a gente consiga atender. Eu tenho para mim, hoje, que minha caneta, por mais que eu goste de usar, não conseguiria fazer com que ninguém ficasse dentro de casa. Nós já sofremos muito com esse fechamento.

Qual foi o impacto da pandemia na economia do DF? Para nós, não foi nada muito grave, porque, no Distrito Federal, conseguimos manter os níveis econômicos em várias áreas, principalmente os grandes arrecadadores, como setor de veículos, imóveis, atacadista. Esses continuaram funcionando muito fortes. Tivemos queda significativa em bares, restaurantes, eventos, mas isso, do ponto de vista de arrecadação, não é tão alto. Tanto que postergamos todos os pagamentos de **impostos** (para esses setores). Mantivemos o nível de arrecadação. Tivemos que fazer alguns gastos a mais na Saúde. Então, isso talvez gere um pouco de desequilíbrio orçamentário, mas nada que nos preocupe. Vamos fechar o ano bem.

Uma das críticas que o senhor recebeu foi pela sugestão de enviar recursos para cidades do Piauí, que é o estado onde o senhor viveu. Por que resolveu sugerir que esses recursos fossem para lá?

Eu fui procurado por um senador da República dizendo que tinha recursos para investir aqui no DF, na Codevasf. Eu tinha que apresentar projetos. Pegamos todos os que estavam prontos e apresentamos. Ele virou para mim e disse: "Você não quer indicar mais recursos para outras áreas?". Eu disse que sim e que ia chamar os prefeitos para apresentarem os projetos na Codevasf. Foi isso que aconteceu, da forma mais natural possível. Não houve crime nenhum. O dinheiro não entrou no DF para ser redistribuído. A única coisa que fiz foi intermediar.

Nesse caso, a prioridade foi o DF? O DF recebeu quase R\$ 50 milhões. Semana que vem, vamos entregar máquinas. Caminho das Escolas, que é um

projeto que criei para poder asfaltar todas as áreas com escolas. O valor que recebemos aqui não tem nem na história do DF, por meio de um senador que não é do DF, mais recursos do que os senadores do DF destinaram.

A gente está vivendo um momento na questão da segurança pública inusitado. No caso do Lázaro, que está fugindo das polícias de Goiás e do DF e ninguém consegue capturar, o senhor chegou a dizer que ele estava aparentemente fazendo as polícias de bobá. Acha que ele está driblando as autoridades?

O que a gente nota é o seguinte: a nossa polícia é uma das polícias mais preparadas do Brasil, tanto a Polícia Militar, e em especial a Polícia Civil como um todo. Nós temos um trabalho de inteligência muito forte aqui dentro das nossas polícias, são extremamente preparados do ponto de vista de armamentos, de equipamentos, tudo o que você imaginar, e eu talvez tenha sido o governador que mais contratou policiais, que colocou dentro das academias e que apoia as polícias do Distrito Federal. O que a gente nota ali é que tem um psicopata que passou a vida fugindo desde os homicídios que cometeu na Bahia, que conhece muito bem a região pela qual ele está fugindo e que tem gerado esse tipo de dificuldade. Então, a minha fala foi no sentido de que é muito difícil você conseguir tratar dessa questão de um psicopata sumido dentro de uma mata. Ele não tem simplesmente qualquer tipo de limite, mas eu tenho convicção que tanto a polícia do Distrito Federal quanto a de Goiás vão passar a mão nesse cidadão o mais rápido possível para que ele venha cumprir a pena dele aqui e acabar com esse sofrimento.

Está acompanhando, recebendo informações?

Eu tenho conversado sempre com o meu secretário de Segurança, que me passa as informações. Mas, como é uma operação que acontece no estado de Goiás, a responsabilidade tem sido - e ele está cumprindo seu papel - do secretário de Segurança de Goiás. Então, ele está lá junto com todo o pessoal, nós estamos auxiliando e eles vão conseguir pegar.

Tem conversado com o governador Caiado?

Não. Relacionamento meu com o Caiado não existe.

Aliás, toda vez que há alguma coisa ali que interessa às duas unidades da Federação dá faísca, né?

Ele tem a postura dele, eu tenho a minha também. Não sou de levar desaforo para casa, e nosso relacionamento não é bom de maneira nenhuma. Eu estou analisando seriamente em processá-lo por conta de algumas declarações que ele andou fazendo, mas

eu vou continuar cuidando do meu povo do Distrito Federal e do dele do Entorno, que ele não cuida.

Esse relacionamento atrapalha na gestão do Entorno?

Não, não vejo nada que poderia ter sido feito que não esteja acontecendo.

Mas ele poderia ajudar mais?

Ele não gosta do Entorno. Isso é claro. Ele acha que se elege para lá, e o povo do Entorno sofre com ele.

Pode apoiar alguém em 2022 em Goiás para, talvez, ter alguém mais alinhado com o senhor aqui?

Não, eu não quero interferir. Eu quero cuidar da minha política. O lado dele, ele que se vire.

Está bem no MDB? Vai ficar no partido?

Estou bem, o partido me respeita muito. Tenho um bom contato com as grandes lideranças, o presidente do partido me ouve sempre nas decisões. Aqui no Distrito Federal, as coisas estão bem, o Filippelli continua sendo um parceiro, o Rafael (Prudente, presidente da Câmara Legislativa) e a Ericka (Filippelli, secretária da Mulher) a frente do partido, estão fazendo um belo trabalho na montagem de chapa. Eu estou muito tranquilo dentro do MDB e não tenho motivo nenhum para sair do partido.

Sendo candidato à reeleição, há espaço para outro integrante do seu partido disputar majoritária, ou vice, ou senado?

Com a quantidade de partidos que nós temos hoje, e a discussão da força desses partidos, seria muito difícil a gente ter uma chapa puro sangue. Então, eu acho que a composição tem que ser dentro dos partidos, tem que estar muito bem organizada essa questão partidária. A lista é bem grande.

Qual tem sido o trabalho na área social para combater a fome?

A gente olha num momento desse de pandemia, e a gente tem que trabalhar com alguns eixos. Eu, quando vi que a pandemia não ia passar, estabeleci algumas coisas: em primeiro lugar, não posso deixar a saúde não ter condições de atender a população. Então, nós temos um trabalho muito forte na área da saúde e, com um prazo de 45 dias, nós entregamos 400 leitos de hospital. O outro eixo é o eixo de não deixar a cidade se entristecer. Acho que a função de um governante é manter o alto-astral de uma cidade. Isso nós fizemos com a quantidade de obras que nós licitamos desde o ano passado e, mesmo durante a

pandemia, nós temos uma faixa de 40.000 pessoas trabalhando, só em obras públicas. Outro, é o lado social, porque quem anda nas ruas, e eu ando muito, principalmente nessas regiões mais carentes, vejo que existe muita gente passando fome e passando dificuldade. Então, foi um momento da virada que nós fizemos no cartão Prato Cheio e com auxílio-creche também em cartão. Nós criamos uma rede de proteção alimentar que atende, só com programas sociais do Distrito Federal, 700.000 pessoas. Isso faz com que não dê para atender todo mundo da forma que merecia e da forma merecida, mas cria pelo menos uma forma da pessoa ter uma assistência e ter uma alimentação minimamente digna.

As desocupações durante a pandemia, na área perto do CCBB, foram muito criticadas. O que aconteceu ali? Era o momento?

Ali é o seguinte: tem algumas coisas que a gente não pode deixar, e até a decisão do ministro Barroso dividiu isso. Uma coisa é você pegar uma ocupação irregular, como você tem várias ali no Sol Nascente e Pôr do Sol, que já estão estabelecidas e estão passando por um processo de regularização. Essas nós estamos ajudando a fazer a infraestrutura e vamos regularizar. Não faz sentido eu chegar lá e meter um trator e derrubar, isso a decisão do supremo colocou bem claro. Outra coisa é você pegar e invadir uma área atrás do Palácio do Jaburu, financiado por partidos políticos. Aí, não tem como deixar. Se eu incentivo uma situação dessa, no que vai se transformar a cidade? Tem que ter os pesos, e eu sempre digo isso, e estou falando desde a campanha, eu não sou favorável a derrubadas, mas eu só vou manter sem derrubar aquilo que pode ser regularizado. O que não tem jeito, o jeito está dado. Criaram aquele tumulto todo, juntaram os parlamentares e foram dizer que eu era desumano e que eu estava tirando em época de pandemia. Eles queriam fazer uma favela no centro da cidade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social estava acompanhando?

Ela deu toda a assistência. Chegou o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social, chegou o pessoal da Sejus também. Nós oferecemos casas de passagem, oferecemos albergues e fizemos tudo o que devia ser feito, mas eles queriam ficar ali. Fizem até uma escola. Esse é um problema de Brasília. É um problema que existe, mas foi muito incentivado. Nós tivemos um passado em que mandavam invadir, e depois a gente vê como que regulariza. Estou falando isso aqui porque esse governo nosso foi o que mais regularizou terras e moradias no Distrito Federal. Só esta semana, nós aprovamos nove projetos de regularização na Câmara Legislativa.

# Senado aprova texto que libera a privatização da Eletrobras

Críticos afirmam que projeto vai gerar um custo de até R\$ 84 bi para consumidores

O Senado aprovou ontem por 42 votos a 37, a medida provisória (MP) que viabiliza a privatização da Eletrobras, estatal com foco em geração e transmissão de energia. Associações do setor calculam que, da forma como foi aprovado o texto, o custo total da operação para os consumidores será de R\$ 84 bilhões, o que vai acabar aumentando as contas de luz de famílias e empresas. Segundo elas, os custos adicionais devem onerar os consumidores "por décadas".

Já o governo afirma que a privatização da Eletrobras pode reduzir a conta de luz em até 7,36%, sem detalhar como o cálculo foi feito. Como houve mudanças por parte dos senadores na versão aprovada pelos deputados, o texto precisará ser novamente analisado na Câmara. A votação está prevista para a próxima segunda, um dia antes de a MP perder a validade.

Atualmente, a União possui cerca de 60% das ações da Eletrobras e controla a estatal. Com a capitalização, a partir da emissão de ações, deve reduzir a participação na empresa para cerca de 45% das ações.

TEXTO. Enviada pelo governo em 23 de fevereiro, a proposta é uma das prioridades do Executivo e aposta na área econômica para ampliar investimentos da empresa, que é a maior companhia de energia elétrica da América Latina. Anteriormente, a equipe do presidente Jair Bolsonaro tentou viabilizar a operação por meio de um projeto de lei, que não avançou.

Também houve tentativas de privatização durante o governo de Michel **Temer**.

O principal destaque (que poderia modificar o teor final da proposta) era o apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para retirar a maioria dos jabutis - emendas estranhas ao texto original -, mas que foi rejeitado. Mais cedo, havia uma articulação entre os senadores para votar a favor desse destaque, mas o governo passou as últimas horas orientando sua base a rejeitá-lo para o que o texto final fosse o do relator, senador Marcos Rogério (DEM-RO), que não apenas manteve os jabutis da Câmara como inclui

outros.

Apesar do discurso de buscar um texto de "convergência", Marcos Rogério não conseguiu construir consenso e o governo precisou conceder benefícios para diversas bancadas para garantir apoio à proposta, que pode ser a primeira privatização aprovada pelo Congresso durante a gestão atual.

Federação

Trabalhadores. A Federação Nacional dos Urbanitários, que representa trabalhadores do setor de energia, disse o texto implica em aumento na conta de luz e em impactos no meio ambiente.

Emenda aumenta a quantidade de usinas térmicas contratadas

No texto aprovado, o relator da proposta no Senado, Marcos Rogério (DEM-RO), aumentou a quantidade de energia de usinas térmicas a gás que a União será obrigada a contratar.

O dispositivo é um dos mais criticados, já que prevê que as usinas devem estar localizadas mesmo em locais onde não há insumo ou infraestrutura.

Assim, será necessário construir gasodutos bilionários, que poderão ser pagos pelos consumidores por meio das tarifas. A proposta também aumenta de 6 mil megawatts (MW) para 8 mil MW o volume contratado de térmicas a gás.

Para garantir a aprovação, o governo também acatou uma emenda que atropela o Ibama e a Funai no licenciamento para a construção da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista.

O linhão, leilado em 2011, nunca saiu do papel por um impasse com a comunidade indígena Waimiri Atoari. Pela proposta, a União fica autorizada a iniciar as obras da linha de transmissão imediatamente após a conclusão do Plano Básico Ambiental- Componente Indígena, traduzido na língua originária e apresentado aos indígenas.

O texto define também que R\$ 35 bilhões serão destinados para atenuar as tarifas, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Antes, o

montante previsto era R\$ 25 bilhões.

Relator acrescentou R\$ 17 bi em 'jabutis'

Associações do setor elétrico calculam que a aprovação da MP da privatização da Eletrobras com os "jabutis" incluídas no parecer do Senado aumenta o custo da operação para todos os consumidores para R\$ 84 bilhões.

Até então, o valor, considerando apenas as modificações feitas pelos deputados, era de R\$ 67 bilhões.

As entidades se juntaram a um movimento chamado de "União pela Energia", que inclui representantes da indústria, investidores no setor elétrico e produtores de petróleo e gás.

Considerando todas as propostas da Câmara e Senado, o custo será de R\$ 56 bilhões. Há ainda uma estimativa de R\$ 18 bilhões em **impostos**, valor que se soma aos R\$ 10 bilhões destinados à revitalização de bacias em diversas regiões do país. As associações afirmam que o aumento das tarifas prejudica os Estados e o País, com menos competitividade, indústrias, empregos e renda.

Segundo as entidades, o texto adicionou na conta R\$ 15 bilhões com os novos subsídios ao Carvão Nacional e também ao obrigar o acionamento de térmicas para elevar o nível dos reservatórios de Minas e São Paulo.

Mercado

As ações da Eletrobras caíram 3,2%, em meio às discussões para votação. No fechamento do pregão, o Ibovespa recuou 0,93%, registrando 128.057 pontos

**Site:**

**<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15955>**

# Setor elétrico vê custo bilionário para consumidor

**BRUNO ROSA** [bruno.rosa@oglobo.com.br](mailto:bruno.rosa@oglobo.com.br)

A aprovação pelo Senado do texto da medida provisória (MP) que abre caminho para a privatização da Eletrobras foi criticada por especialistas e representantes do setor de energia. Embora defendam a necessidade de privatizar a estatal para fazer frente aos investimentos necessários no setor, avaliam que as mudanças feitas no Congresso no projeto vão gerar custo extra para o consumidor e afetar a competitividade das empresas.

Projeção feita pela União pela Energia, que reúne associações do setor, aponta que os jabutis incluídos no Senado geraram custo extra de R\$ 15 bilhões considerando a obrigação de contratar 8 mil megawatts de usinas termelétricas movidas agás localizadas em redutos eleitorais e sem infraestrutura de gasodutos. O texto da Câmara previa 6 mil MW, mas o Senado ampliou o volume a ser contratado.

Nos cálculos da União pela Energia, o impacto total das mudanças no texto feitas pela Câmara e pelo Senado chega a R\$ 56 bilhões.

As associações citam ainda efeitos indiretos das medidas acrescentadas ao projeto, com impacto posterior, como **impostos** e políticas públicas regionais, que elevariam o montante total a R\$ 84 bilhões.

"Infelizmente, os chamados jabutis da MP da Eletrobras prosperaram, se reproduziram e vão onerar os consumidores por décadas", disse o grupo em nota.

Nos bastidores, representantes do setor criticaram o aumento do volume das usinas térmicas agás.

- O ambiente de investimento vai sofrer. Quem se programou para investir em eólica e solar vai rever os projetos com a reserva de mercado para essas fontes térmicas. As decisões do planejamento energético, que deveriam ser técnicas, passam para o setor político. A competição e a inovação vão para segundo plano - analisa Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), destacando que o custo da privatização ficou muito alto.

Tiago Figueiró, sócio da área de energia do Veirano Advogados, destaca um ambiente de "disputa política" para emplacar a localização das térmicas em lugares sem infraestrutura. Ele classifica as propostas como intervencionistas, já que o sistema é interligado: -O outro governo já estava planejando um leilão para contratação de térmicas, mas não dessa forma, estabelecendo preferências por regiões. Isso representa uma alteração. Fica parecendo que estão privilegiando algumas regiões em que não existe acesso à malha de gás, uma medida para desenvolver o mercado de gás.

Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), diz que o que já estava ruim ficou ainda pior no Senado. A consequência será uma redução na competitividade para a indústria por exemplo, que vai pagar por uma energia mais cara.

-O mais alarmante é o consumidor ter que pagar por isso, com a criação de uma reserva de mercado para térmicas a gás e pequenas centrais hidrelétricas. Estamos indo para o caminho da crise energética. O que está começando errado vai acabar errado-disse Faria. -Os custos estão quase uma vez e meia o que vai se arrecadar com a privatização da Eletrobras (de R\$ 60 bilhões).

Alexei Vivan, diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (Abce), diz que a regra do setor deve ser a eficiência: -As emendas que tratam da Eletrobras são as que menos interessam. Incluir jabutis é o estilo brasileiro de legislar. As próprias restrições de demissão na Eletrobras são ruins. Criam-se despesas. É ruim que o Congresso aprove indicados para a diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ON S), que é uma entidade privada.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# 'Jabutis' ampliam insegurança jurídica, avalia setor elétrico

**Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO**

Executivos do setor elétrico dizem que a aprovação pelo Senado da medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras gera maior insegurança jurídica a investidores no país, ao sinalizar que mudanças estruturais no mercado podem ser feitas por meio de emendas sem relação com o tema, os chamados "jabutis".

"É uma sinalização muito ruim para o setor elétrico", disse após a votação o presidente do Fase (Fórum de Associações do Setor Elétrico), Mário Menel. "Reserva de mercado é uma coisa que aparentemente estava superada na visão de modernização do setor elétrico."

Menel refere-se ao projeto de lei em discussão no Congresso, também apoiado pelo governo federal, que prevê uma reforma do setor elétrico e caminhava num sentido de maior liberalização. Agora, diz ele, o texto terá que ser revisto para se adequar a medidas aprovadas na MP.

"As definições [da MP] invadem o espaço do planejamento setorial e ampliam o risco de investimentos no setor por sinalizar grande instabilidade para investimentos de capital intensivo e de longo prazo, assim como a governança da operação do setor elétrico", disse antes da sessão no Senado a União pela Energia.

O grupo reúne 45 associações ligadas à indústria e ao setor de energia e defende que a medida provisória vai trazer aumento na conta de energia elétrica.

Os "jabutis" do Senado, diz, acrescentaram R\$ 15 bilhões em custos adicionais, elevando a conta para R\$ 56 bilhões. Incluindo **impostos** e benefícios setoriais, o custo chegaria a R\$ 84 bilhões.

"Sinaliza também que a tendência é que a cada MP podem surgir novas decisões que afetam a concorrência no mercado de energia e perturbam a competição, alterando os resultados entre vencedores e perdedores do setor", acrescentou a entidade.

Após a votação, a União pela Energia disse lamentar a aprovação dos "jabutis" e que seu foco agora estará no debate do projeto de lei de modernização do setor.

O setor reclama ainda de interferência do Congresso no planejamento, sem estudos técnicos prévios que justifiquem as medidas, ao definir volumes obrigatórios de contratação de determinadas fontes e locais para instalação de usinas.

"Atribuir ao Legislativo a atividade de planejamento, que é de cunho técnico, e interferindo no papel do MME [Ministério de Minas e Energia], da EPE [Empresa de Pesquisa Energética] e das diretrizes de política energética do CNPE [Conselho Nacional de Política Energética], é um sinal mim e introduz instabilidade regulatória", reforça o presidente da consultoria PSR Energy, Luiz Barroso.

Para a Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), "o texto final da MP traz pontos de preocupação em relação a custos que irão recair nas contas dos consumidores".

O segmento acabou sendo atingido no Senado com um "jabuti" que determina a abertura total do mercado de energia até 2026.

Essa medida garante que consumidores possam procurar seu próprio fornecedor de energia. A mudança já era alvo do projeto de modernização e as distribuidoras defendem que, se não for feito de forma organizada, transferirá aos consumidores de pequeno porte os custos da migração dos maiores para o mercado livre.

Setores beneficiados, por outro lado, rebatem as críticas e defenderam que a medida provisória é benéfica ao consumidor. Para a Abegás (Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado), a contratação obrigatória de térmicas reduz o custo da energia e permite a construção de gasodutos para o interior do país.

"A medida irá contribuir para que o país produza cada vez mais gás natural, alocando o gás do pré-sal para os brasileiros", afirmou.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

**62**

# Programa prevê incentivo à criação de empregos

**GABRIEL SHINOHARA**  
*gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

Junto com a reedição do programa de suspensão de contratos e redução de jornada, a medida provisória (MP) 1.045, enviada ao Congresso em abril, deve criar uma nova modalidade de incentivo à criação de empregos. Segundo o relator, deputado Christino Áureo (PP-RJ), a ideia é incluir até 3 milhões de pessoas no mercado de trabalho.

O texto institui o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore). A ideia é estimular a contratação de jovens em busca do primeiro emprego, de 18 a 29 anos - mirando especialmente os "nem-nem", que não estudam nem trabalham -, além de pessoas acima dos 55, que quando perdem o emprego têm dificuldade de se reinserir no mercado e caem na informalidade.

Esse estímulo será feito por meio da desoneração de pelo menos 25% na folha de pagamento. Estima-se que o programa tenha um custo fiscal de R\$ 1 bilhão este ano, se for colocado em prática em setembro.

O Congresso e o governo ainda discutem sobre como cobrir essa renúncia de **impostos**. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, em toda renúncia de receita, é necessário apontar outra fonte para compensação fiscal.

## 'SAÍDA DO AUXÍLIO'

A ideia original do programa constava na MP 905, do Contrato Verde e Amarelo, editada em 2019. Esta, no entanto, não foi aprovada dentro do prazo pelo Senado e caducou.

- Se o programa já fazia sentido lá atrás, agora ele ainda é mais urgente, no sentido de que representa uma porta de saída para o auxílio emergencial, que a gente sabe que é algo transitório -afirmou o deputado.

Assim como na MP 905, os trabalhadores contratados sob esse regime terão um contrato temporário de 24 meses, que se tornará CLT ao fim desse prazo. Os ganhos estarão limitados a um salário mínimo e meio.

Áureo ressaltou que o governo simpatiza com a ideia, até por ter proposto o programa em 2019. Procurado,

o Ministério da Economia informou que está conversando com o relator sobre possíveis mudanças no texto da MP.

Há, ainda, a perspectiva de criar, na mesma MP, o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Inclusão de Qualificação (BIQ).

São ideias já citadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para incentivar a contratação de jovens.

Conforme Guedes explicou, o programa consiste em uma bolsa de R\$ 600 para que jovens recebam treinamento das empresas ao mesmo tempo em que se inserem no mercado de trabalho. O custo seria dividido igualmente entre governo e empresas. Em princípio, o contrato seria de um ano, mas os detalhes ainda estão sendo discutidos.

## PROGRAMA PERMANENTE

Quanto à reedição da suspensão de contratos e de redução de jornada, conteúdo original da MP, o relator defendeu que o programa seja permanente. Ele disse que seu relatório vai propor essa alteração, com o argumento de que a medida foi essencial para amortecer uma "queda livre" do mercado de trabalho.

- O objetivo é criar uma política que possa ser acionada em momentos de crise no mercado. Fica ali como um instrumento, para que não seja preciso ficar editando novas medidas provisórias -explicou.

O relatório deve ser apresentado no fim deste mês e tem até agosto para ser aprovado pelo Congresso, antes de perder a validade.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Com eficácia de 47%, vacina da CureVac contra covid-19 falha em teste

A empresa de biotecnologia alemã CureVac NV informou na quarta-feira (16) que sua vacina contra covid-19 foi só 47% eficaz em um teste de estágio avançado, ficando aquém do objetivo principal do estudo e causando dúvidas sobre a possível entrega de centenas de milhões de doses.

.As apostas para a CureVac e para possíveis compradores europeus da vacina aumentaram depois que limites de idade foram **impostos** no uso dos imunizantes da .Johnson Johnson e da AstraZeneca, devido a problemas de coagulação extremamente raras, mas potencialmente fatais. Também se esperava que a vacina da CureVac ajudasse países de renda baixa e média, que estão muito atrás de nações mais ricas no esforço global de imunização. Firmando os únicos acordos grandes de suprimento com a CureVac, a UE garantiu em novembro até 450 milhões de doses da vacina, das quais 180 milhões são opcionais. O negócio veio após um memorando de entendimentos firmado com a Alemanha para a entrega de mais 20 milhões de doses.

Negociadas na bolsa dos Estados Unidos, as ações da CureVac caíram 50,6% e ficaram em US\$ 46.81 após o pregão, na esteira da publicação dos dados.

**Site:**

**[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3211](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3211)**

## O custo da imprevidência (3)

Os brasileiros, mais uma vez, vão ter que arcar com o custo da imprevidência do governo e agências reguladoras e com a falta de planejamento e senso de responsabilidade dos gestores dos recursos hídricos do país. O país vive, sim, a pior seca em 91 anos, mas a estiagem não pode servir de desculpa, uma vez que há vários anos as chuvas têm ficado abaixo da média no Sudeste/Centro-Oeste, região responsável pelo maior volume de geração de energia no país. O Brasil não corre risco de desabastecimento, segundo asseguram órgãos reguladores e operadores do sistema de energia elétrica, mesmo com os reservatórios das hidrelétricas no segundo pior nível de armazenamento no início do período seco. Só perde para 2001, ano do racionamento que derrubou o **PIB** do país.

Depois de 20 anos, era de se imaginar que não mais teríamos uma situação como a atual, com risco de se chegar ao período chuvoso, em novembro, com os reservatórios das usinas na bacia do Rio Paraná com o menor nível de armazenamento de água da história. Como essas usinas respondem por 70% da capacidade de armazenamento dos reservatórios do Brasil, não é preciso ter muita imaginação para prever que, com a fonte hidráulica representando ainda mais de 60% da energia gerada, o país terá problemas também no ano que vem se não contar com a generosidade da natureza em mandar chuvas em abundância. Por sorte, as temperaturas estão baixas. O calor faz a água evaporar.

E enquanto o governo contava com a chuva que não veio, os reservatórios foram esvaziando. E foi isso o que ocorreu, uma vez que desde outubro de 2020 se sabia que o quadro poderia se agravar. É certo que desde essa época o governo acionou térmicas e liberou importação de energia, mas não acionou as bandeiras tarifárias de imediato. Em outubro, a expectativa era de que as chuvas até abril deste ano fossem suficientes para elevar o nível das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste, que estavam com 20% da capacidade no início de novembro. Mas a chuva não veio nos níveis esperados (ficaram 29% abaixo da média) e este ano esses reservatórios, com as medidas do governo, devem chegar ao fim do período seco com apenas 10%. E novamente o país precisará contar com chuvas acima da média para recuperar os reservatórios. Do contrário, teremos mais problemas em 2022.

O governo e as empresas do setor elétrico esperam as chuvas, cidadãos e segmentos diversos arcam com o

custo. E um custo alto com a bandeira tarifária hoje vermelha no nível 2 e a cobrança de R\$ 6,43 a mais a cada 100 Kwh consumidos. Não fosse essa situação já absurda, a perspectiva é de que esse valor passe para algo entre R\$ 7 e R\$ 7,50 nos próximos meses para custear os R\$ 9 bilhões que devem ser gastos com o acionamento de termelétricas este ano. E os reajustes devem ficar em 7% este ano e 5% no ano que vem apenas em função do uso intensivo das térmicas.

É custo extra para empresas e consumidores e injeção direta nos índices de **inflação**. Sem contar que o transporte fluvial e atividades turísticas ficarão prejudicados. É um absurdo se chegar a esse quadro, mesmo diante da maior seca da história, e será inaceitável que esse cenário se repita em 2022 porque se esperou chuvas acima da média e elas não vieram. Um quadro de escassez hídrica no próximo ano será fatal para as expectativas de crescimento mais acentuado da economia e para pretensões políticas dos governantes.

## Debelar a inflação (3)

Em decisão esperada, o Banco Central elevou mais uma vez a taxa básica de juros, desta vez de 3,5% para 4,25% ao ano. A medida decorre de pressões inflacionárias persistentes, iniciadas no atacado, com o choque cambial do ano passado, e que agora chegam com força aos índices de preços ao consumidor.

A novidade do **comunicado** do Comitê de Política Monetária foi o abandono da premissa que se vinha adotando desde a primeira elevação dos juros em março -a de que seria necessário apenas um ajuste parcial, não uma remoção completa dos estímulos.

Na prática, isso significa que o BC espera subir a Selic até pelo menos o chamado nível neutro, aquele que deixa de estimular o crescimento do Produto Interno Bruto. Esse patamar não é observável diretamente, mas as estimativas mais comuns sugerem algo próximo a 6,5% ao ano.

O tom geral do **comunicado** é de mais confiança na retomada da economia, de um lado, mas de maior preocupação com a **inflação**, de outro. O repasse dos preços de matérias-primas para bens industriais tem se mostrado forte, e surgem no horizonte novas pressões.

Uma delas é a perspectiva de alta adicional da tarifa de energia, em razão do agravamento da crise hídrica. No segundo semestre, além disso, a provável reabertura de atividades com o avanço da vacinação pode abrir espaço para uma recomposição dos preços dos serviços, hoje defasados.

Tudo somado, as projeções para o IPCA neste ano já se situam em torno de 6%, muito acima da meta oficial de 3,75%.

O quadro é delicado também por causados riscos de **inflação** na economia internacional, embora em escala menor que no Brasil. Não por acaso, o banco central americano indicou na quarta-feira (16) que pretende subir os juros mais cedo do que o esperado até então.

O aperto monetário no Brasil é amargo, mas necessário no contexto de hoje para evitar danos maiores -que afetam sobretudo o poder de compra da população mais pobre. Um efeito visível das ações do BC já se mostra na cotação do real, que tem se recuperado, algo importante hoje para afastar o risco de novos choques de custos.

Qualquer perspectiva mais positiva, contudo, depende de continuidade da retomada com o avanço da vacinação, que é provável a despeito do negacionismo do Planalto, e de maior confiança na gestão das contas públicas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

62

# Bolsonaro e os paupérrimos - BRUNO BOGHOSSIAN

**BRUNO BOGHOSSIAN**

No meio da semana, Jair Bolsonaro anunciou um aumento de 50% no valor do Bolsa Família. Dias depois, ele se reuniu com donos de supermercados e pediu que eles segurassem os preços dos produtos da cesta básica. Os dois movimentos mostram que o presidente enxerga sua sobrevivência política nas mãos da população mais pobre.

Bolsonaro tenta conter um desgaste que pode custar sua reeleição. Em 2018, ele recebeu um impulso inicial dos brasileiros mais ricos, mas só conseguiu chegar ao Planalto porque conquistou espaço em outras faixas. Números do Datafolha indicam que um de cada quatro votos que ele teve no primeiro turno veio do segmento renda mais baixa.

A relação do governo com esses eleitores anda mal. A crise econômica penalizou principalmente os brasileiros mais pobres, o auxílio emergencial encolheu, e os efeitos da retomada demoram a chegar. O desemprego está nas alturas e a inflação para os mais pobres se aproxima dos 9%, segundo o Ipea.

A disputa pelos votos desse grupo deve definir a eleição. Na pandemia, Bolsonaro perdeu apoio nos andares mais altos da pirâmide de renda, mas tem a expectativa de reativar o antipetismo dessas camadas e recuperar seus votos num provável segundo turno contra Lula. Entre os mais pobres, no entanto, essa ferramenta tende a ser menos eficaz.

Lula mantém uma fortaleza política nesses segmentos. Numa disputa direta com Bolsonaro, as pesquisas mostram que o petista venceria por 68% a 32% nos votos válidos dos brasileiros de baixa renda. Se a rejeição ao presidente se cristalizar nessa faixa numerosa, será quase impossível evitar uma derrota.

O objetivo de Bolsonaro não será bater Lula na baixa renda, mas evitar uma lavada. O presidente já decidiu usar a caneta e aumentar os gastos para se reabilitar nessa faixa. A tarefa será especialmente difícil para um governo cujo ministro da Economia diz que a classe média exagera no prato de comida e sugere que as sobras podem alimentar os pobres.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

62

# PT vê Bolsonaro com rejeição menor em 2022

*Thiago Resende e Bruno Boghossian - Brasília*

Integrantes da cúpula do PT avaliam que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve reduzir sua rejeição e recuperar parte de sua popularidade até o início do ano eleitoral. Para aliados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a disputa nas urnas em 2022 deve ser mais acirrada do que mostram pesquisas eleitorais e levantamentos internos feitos pelo partido.

Estão no radar dos petistas variações na popularidade de Bolsonaro como consequência de dois indicadores: o crescimento da economia após os resultados negativos do ano passado e o aumento esperado da vacinação contra a Covid-19 até o fim deste ano.

Em discussões internas, petistas defendem que a campanha seja encarada de uma "perspectiva realista", nas palavras de um dirigente.

Embora admitam que a economia possa dar algum fôlego a Bolsonaro para o ano eleitoral, eles dizem que esses efeitos tendem a ser limitados.

"Bolsonaro não está tão fraco assim. Ele tem uma resiliência na base e ainda pode agregar mais um pouco. Se a economia melhora, a tendência é ele melhorar também. Mas não acho que seja suficiente", afirma a presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

O principal argumento da cúpula petista é que os indicadores do **PIB** (Produto Interno Bruto) mostraram, até agora, uma recuperação que não chegou às camadas mais pobres da população.

Um dos principais focos da campanha de Lula será um discurso para se contrapor a Bolsonaro nesse grupo numeroso do eleitorado.

A análise contrasta com o otimismo do partido diante das pesquisas que mostraram vantagem de Lula em 2022.

Levantamento do Datafolha em maio mostrou o petista com 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Bolsonaro. No segundo turno, o ex-presidente venceria por 55% a 32%.

A direção do PT ainda considera Lula favorito, mas tem adotado tom mais cauteloso. Certos de que a

rejeição a Bolsonaro poderá ser um fator determinante na campanha, os petistas estudam maneiras de prolongar o ciclo atual de fragilidade do presidente.

Fazem parte dessa estratégia um apoio mais encorpado às manifestações contra o governo e uma campanha continuada de críticas aos erros do combate à pandemia.

Segundo aliados do ex-presidente, Lula pretende dar sustentação a novos atos convocados contra o governo, encabeçados por movimentos sociais. Numa mudança de postura, o petista avalia participar das manifestações do próximo sábado (19) ou divulgar um vídeo com uma convocação para o protesto.

Apesar de enxergar possíveis benefícios políticos nesses atos, os aliados de Lula ainda buscam se diferenciar de Bolsonaro. O presidente participou no sábado (12) de um passeio de motocicletas em São Paulo. O ato reuniu 6.661 veículos, segundo o sistema de pedágio local.

A cúpula petista pretende observar o humor das ruas nos próximos meses, com o avanço da vacinação contra a Covid-19 -cuja lentidão é um dos principais pontos de desgaste de Bolsonaro, na visão do partido. Mesmo atrasada, a aplicação de novos lotes de imunizantes pode moderar a rejeição ao governo.

Os petistas contam com os trabalhos da CPI da Covid para expor erros e omissões do governo durante a pandemia. O Senado, no entanto, trabalha para que as investigações sejam encerradas em agosto, o que produz incerteza sobre a duração de seus efeitos.

Aliados de Lula também incluem nos cálculos eleitorais o uso da máquina pública por Bolsonaro para reduzir sua rejeição. Com a caneta na mão, o presidente espera lançar medidas na área social e acelerar as viagens pelo país em clima de campanha.

O PT aguarda, por exemplo, a reformulação do Bolsa Família prometida por Bolsonaro. Ainda que reconheçam que o presidente pode se beneficiar do programa, os petistas consideram difícil desvincular essa marca de Lula.

No segundo pelotão da corrida eleitoral, o PDT de Ciro Gomes tem uma visão diferente do PT. Líderes

pedetistas dizem acreditar que Lula está no auge da popularidade e que, nos próximos meses, começará a perder espaço nas pesquisas eleitorais.

Caciques da sigla dizem que o ex-presidente se beneficiou nos últimos meses de seu retorno à cena eleitoral e da decisão do STF que anulou suas condenações na Lava Jato.

Com base em estudos internos, o PDT reconhece que a fatia da população que pode buscar uma terceira via diminuiu desde o início do ano. Mesmo assim, integrantes da sigla enxergam uma boa chance de Ciro e Lula disputarem o segundo turno em 2022.

Carlos Lupi, presidente do partido, vê Bolsonaro bastante desgastado no próximo ano, pois, apesar da aceleração da vacinação até lá, as milhares de mortes por Covid-19 serão atribuídas a ele.

Além disso, a recuperação econômica se concentra em setores ligados à exportação de commodities e com baixo emprego de mão de obra. Isso pode fortalecer o apoio do agronegócio a Bolsonaro, mas não reverte a rejeição dele em outros setores - especialmente nos mais pobres que sofrem com a **inflação**.

A cúpula do PDT e o marqueteiro João Santana enxergam na manutenção do desgaste de Bolsonaro o principal caminho para que Ciro chegue ao segundo turno. Eles recomendaram que o pré-candidato concentre seus próximos ataques no presidente.

O tamanho da popularidade de Bolsonaro deve influenciar a montagem de alianças em todo o tabuleiro eleitoral.

Adversários dizem acreditar que siglas simpáticas ao governo podem se descolar caso o desgaste do presidente se mantenha. Em caso de recuperação, ele pode consolidar ou até ampliar sua aliança.

Previendo uma campanha árdua, petistas miram inclusive siglas que integram a base de apoio de Bolsonaro, como o PL. Legendas do centrão se aproximaram do governo após a liberação de cargos e emendas, mas podem se mover para outro campo político em uma perspectiva de permanência no poder.

"Bolsonaro não está tão fraco assim. Ele tem uma resiliência na base e ainda pode agregar mais um pouco. Se a economia melhora, a tendência é ele melhorar também" Gleisi Hoffmann presidente do PT

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**62**

# Dólar cai 0,71% para R\$5,02, menor nível em um ano

O dólar cedeu 0,71%, a R\$ 5,0240, nesta quinta-feira (17). Este é o menor patamar desde 10 de junho de 2020 (R\$ 4,9398).

A queda vem após a decisão do Banco Central de levar a Selic a 4,25% ao ano. Esta foi a terceira alta consecutiva de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros. O BC anunciou a intenção de dar sequência ao aperto monetário com uma nova alta de pelo menos a mesma magnitude em sua próxima reunião, em agosto.

Os juros também reagiram à decisão do BC. Os contratos de juros futuros de curto prazo tiveram alta. O contrato para abril de 2022 subiu de 6% para 6,16% na sessão.

Stefany Oliveira, analista da Toro Investimentos, disse que o posicionamento mais duro da autarquia foi favorável à moeda brasileira. "Quando os juros domésticos estão mais baratos, é natural que haja fuga de capital, então o dólar se fortalece. Agora, quando acontece o contrário, e os juros sobem, o que tende a acontecer é um desconto na moeda americana em relação ao real", afirmou.

Segundo especialistas, há uma maior entrada de capital estrangeiro no mercado local com o aumento de juros principalmente devido a estratégias de carry trade. Elas consistem na tomada de empréstimos em moeda de país de juro baixo e compra de contratos futuros da divisa de juro maior. O investidor, assim, ganha com a diferença de taxas.

Fernando Bergallo, diretor de operações da FB Capital, lembrou que, até recentemente, o Brasil estava "numa situação de um prêmio muito baixo para o risco que o país oferece", referindo-se às mínimas históricas a que a Selic foi rebaixada em 2020. "Com esse ajuste do Banco Central, é natural que o real volte para patamares mais altos em relação ao dólar!"

Além disso, "dados do **PIB** [Produto Interno Bruto] melhores do que o esperado catalisaram a queda do dólar para os patamares atuais", afirmou. "Os números surpreenderam o mercado positivamente, destravando muitos investimentos, e o fluxo cambial favoreceu o real."

**Site:**



<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

62

# Supremo deve manter autonomia do BC

Wesley Galzo / BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão começar a julgar hoje contestação apresentada pelo PT e pelo PSOL que pede a derrubada da legislação que concedeu autonomia ao Banco Central (BC). Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro, a lei estabelece mandatos fixos para os dirigentes da instituição. Conforme apurou o 'Estadão', a Corte deve rejeitar o pedido das legendas de oposição.

A decisão do STF, que influi diretamente no mercado financeiro e na relação da Corte com os demais Poderes, será tomada pelo plenário virtual - quando os votos são revelados pelos ministros ao longo de uma semana, sem argumentação e debates prolongados.

A maioria dos ministros entende que a legislação aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente não fere a Constituição, como defendem os partidos de oposição. O relator da ação, Ricardo Lewandowski, porém, tende a ir contra a compreensão majoritária da Corte. Segundo relatou uma fonte próxima a ele, há sim problemas na forma como a lei foi concebida.

PT e PSOL, com o apoio do procurador-geral da República, Augusto Aras, argumentaram que o projeto de lei tem "vício de iniciativa", ou seja, não poderia ter sido apresentado pelo Legislativo.

O Banco Central é um órgão vinculado ao Executivo, portanto caberia ao presidente da República apresentar propostas de alteração de normas da instituição. A lei em vigor é de autoria do senador Plínio Valério (PSDB- AM).

"Formalmente, a iniciativa deveria vir do Executivo, mas o formalismo não deveria ser suficiente para tornar a norma inconstitucional.

Na prática, há uma pessoa técnica que redige a lei. Há o formalismo, mas isso não afeta o coração da lei. O trâmite inicial, e esse mero detalhe formal, não deveriam ser suficientes para julgar essa norma inconstitucional", afirmou Marcelo Godke, professor de direito bancário do Insper.

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelas duas legendas de oposição sustentou que, além de ferir a Constituição por causa da sua origem, esvaziava os poderes do governo federal na

formulação da política monetária do País.

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central hoje, tem se mobilizado para garantir que o Supremo mantenha a lei em vigor. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também defende a legislação. Em manifestações públicas durante a semana, o senador rebateu, indiretamente, as críticas feitas por Aras ao texto aprovado no Congresso.

Para Godtek, a lei de autonomia do BC garante, sobretudo, o poder de controle da **inflação**.

"O que essa lei faz é permitir que se crie uma política de Estado e tire a política de governo.

A lei deixa claro que o mandato do presidente e da diretoria da instituição têm a função de garantir a estabilidade econômica por meio da **inflação**.

A importância é tão grande que cabe ao Supremo sopesar isso. A função da lei não é criar uma economia ultraliberal, é controlar a **inflação**. Para julgar as leis, os julgadores devem levar em conta as consequências econômicas também", afirmou.

Texto aprovado. Pelo texto sancionado, o presidente do Banco Central e os oito diretores da instituição terão mandatos fixos de quatro anos e poderão ser conduzidos por mais quatro anos, uma única vez.

O mandato da presidência do banco começará sempre no terceiro ano de governo do presidente da República. A lei também determina que o Banco Central tenha como objetivos, além do controle da **inflação** e a estabilidade do sistema financeiro, a suavização dos ciclos de atividade e o pleno emprego.

Perspectiva

"Há o formalismo, mas isso não afeta o coração da lei. O trâmite inicial, e esse mero detalhe formal, não deveriam ser suficientes para julgar essa norma inconstitucional."

"Para julgar as leis, os julgadores devem levar em conta as consequências econômicas."

Marcelo Godke PROFESSOR DO INSAPER

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## O déficit público, outra vez (2)

**FABIO GIAMBIAGI**

Poucas coisas geram discussões tão acaloradas quanto a política fiscal. Como parte desse debate, as forças que apoiavam o governo que permaneceu no poder até o impeachment da presidente Dilma Rousseff costumam se referir às políticas implementadas a partir de então como "austericídio". Trata-se de um jogo de palavras sensacionalista para fazer a associação com a ideia de que o rigor fiscal estaria causando, desde 2016, uma espécie de "suicídio" do País. É importante que as pessoas entendam o que está em jogo e os principais números do debate.

A diferença entre as despesas e as receitas do setor público corresponde ao déficit público. Ele é financiado de duas formas: por meio da emissão monetária - leia-se: em geral, mais **inflação** - ou mediante o recurso à dívida pública. Este termo pode soar algo distante para o leitor.

O fato é que todos aqueles que têm uma aplicação em algum fundo podem não saber, mas na prática estão financiando o governo, pois esse fundo terá provavelmente uma parte importante dos recursos que compõem seu ativo na forma de títulos públicos (NTN-B, NTN-F ou outros papéis do governo). Esses papéis compõem a dívida mobiliária interna em poder do público. Esta era de 31% do **PIB** em 2014 e é de 57% do **PIB** hoje. Há outros componentes da dívida, mas esse é o mais importante. Fique o leitor sabendo então que, toda vez que alguém clama contra o "austericídio", o futuro da sua (do leitor) aplicação é colocado em xeque.

A dívida é um instrumento financeiro que envolve confiança: se o credor desconfia que ela não será paga, pode-se marchar rapidamente para um colapso. Foi justamente para evitar uma situação desse tipo que o governo, em 2016, adotou a chamada "regra do teto", que foi uma mudança de 180 graus em relação à política que vinha sendo cedida até então.

Cabe aqui um parêntese. Em meados da década de 2000, eu estava no Ipea e com alguns colegas propusemos um programa de controle do gasto público, para reduzir a relação entre este e o **PIB**, favorecendo assim um ajuste fiscal. Naquela época, o gasto estava se expandindo, no biênio 2004/2005, a uma taxa média real anual de incríveis 9%, uma "festa" financiada pelo início do boom de commodities. Fomos, na ocasião, atropelados por uma espécie de

"tanque Panzer", na forma de uma rumorosa entrevista da então ministra Dilma, que enterrou os nossos planos ao dizer que "esse debate é absolutamente desqualificado e não há autorização do governo para que ele ocorra", afirmação complementada pela célebre declaração de que "essa história de que despesa corrente é má é uma simplificação grotesca. Despesa corrente é vida". A consequência foi que, nos 10 anos seguintes o gasto continuou se expandindo fortemente, a uma taxa real de 4,6% ao ano, muito superior à do **PIB**, de 2,8%. O resultado foi o desastre em que o País mergulhou em 2015, como consequência de erros cuidadosamente cultivados nos 12 anos anteriores.

O gasto do governo, excluindo transferências a governos, que em 2003 tinha sido de 15% do **PIB**, no final do governo Dilma, em 2016, escalou para 20% do **PIB**, transformando um robusto superávit primário - herdado dos tempos de FHC - em um enorme déficit.

Em 2021, ainda mais depois da pandemia, estamos no oitavo ano consecutivo de déficit primário, ao qual se deve somar a despesa de juros para chegar ao desequilíbrio global. Em 2015, o déficit público total alcançou a assustadora marca de 10% do **PIB**.

Após idas e vindas, em 2021 ainda deverá ser da ordem de 6% do **PIB**.

Continua sendo muito elevado. Não há "austericídio". O que há é uma necessidade de atacar o problema que foi gerado ao longo de anos de irresponsabilidade fiscal e se agravou com as contingências do combate à covid-19. Esse esforço precisa continuar. Em 2023, o País tem, sim, um encontro marcado com a revisão da regra do teto, mas seria muito importante para o País que o déficit público diminua entre 2021 e o começo do próximo governo.

ECONOMISTA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Analistas indicam renda variável

Em regra, quando a taxa básica de juros do País sobe, os investimentos em renda fixa ganham mais atratividade. Mas, apesar de o Banco Central (BC) ter aumentado a Selic pela terceira vez consecutiva, os analistas afirmam que o ambiente ainda não é favorável para o investidor de renda fixa, já que a **inflação** está acelerada. Por isso, eles dizem que os melhores investimentos continuam sendo em renda variável, como ações na Bolsa, ancorados na expectativa de um forte aquecimento da economia no segundo semestre com a aceleração da vacinação.

O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic em 0,75 ponto percentual.

Com isso, a taxa básica de juros passou a ser de 4,25% ao ano - o maior patamar desde março de 2020. Já a **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegou a 0,83% em maio e acumula alta de 8,06% nos últimos 12 meses e de 3,22% nos cinco primeiros meses deste ano, segundo o IBGE.

Entre as apostas dos analistas de corretoras de investimento, estão bancos e exportadoras de commodities, que vêm tendo bom desempenho desde o início de 2021 e tendem a permanecer assim até o fim do ano.

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10583>**

# Selic faz poupança render mais

**MARINA CARDOSO** *marina.cardoso@odia.com.br*

Com a alta da Selic, a taxa básica de juros, para 4,25% ao ano, a caderneta de poupança passará a render um pouco mais. A rentabilidade cresce para 0,25% ao mês ou 2,98% ao ano, conforme cálculos da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac).

A Selic anterior, em 3,5% ao ano, o investimento mais popular do país estava em 0,20% ao mês (2,45% ao ano).

No caso de uma pessoa que tiver uma aplicação financeira no valor de R\$ 10 mil pelo prazo de 12 meses na caderneta de poupança, o investidor acumulará R\$ 298 (totalizando R\$ 10.298 ou 2,98% ao ano).

Antes, o valor era de R\$ 245 (R\$ 10.245 ou 2,45% ao ano).

Entretanto, mesmo com um aumento no rendimento, a poupança vem perdendo para a **inflação** há alguns meses. "O rendimento da poupança perde para a **inflação** desde setembro de 2020, ou seja, há dez meses consecutivos. Não vislumbro uma mudança para este ano e, com isso, a **inflação** tende a ser superior ao rendimento da poupança", explica Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Anefac.

Com a regra em vigor desde 2012, se a Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano, o rendimento é limitado a um percentual equivalente a 70% dos juros básicos mais a Taxa Referencial (TR).

"O brasileiro está acostumado em concentrar o dinheiro na caderneta de poupança por ser a forma mais segura de investimento.

Mesmo com o aumento, a gente tem uma **inflação** que não atualiza e nem corrige o dinheiro, continua deixando de ganhar", explica Felipe Nogueira, especialista em finanças e investimentos.

Para quem guarda dinheiro na caderneta, o momento seria de investir em outra aplicação para não ter perdas. Mas, migrar é um processo que exige atenção, pois há fatores que devem ser levados em conta.

"Há opção como as que os bancos oferecem como o CDB com 150% da Selic ou CDI, títulos públicos na

possibilidade de renda fixa, mas é preciso ficar alerta ao percentual do IR", explica.

Também há a possibilidade do Tesouro Direto. Mas é preciso ficar atento aos prazos para não perder a rentabilidade, se necessitar do recurso antes do prazos de investimento.

## DÍVIDAS

É hora de renegociar

Embora a taxa Selic tenha sofrido aumento, os especialistas dizem que é o momento para quem quer renegociar dívidas. "Houve aumento, sim, mas já tivemos taxas bem altas. Com a possibilidade de um crescimento no final do ano, é período bom para o consumidor renegociar", explica Felipe.

Com isso, há duas possibilidades para quitar débitos: trocar dívidas por de linhas de crédito mais altas por outras com taxas mais baixas ou fazer portabilidade para banco com taxas mais vantajosas. "Orientação é tentar fugir do cartão de crédito e cheque especial.

É possível tentar empréstimo para uma dívida mais barata", orienta o especialista em finanças.

**Site:**

<https://edicao.odia.com.br/2021/06/18/141817/issue9205.pdf>